



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 07/11/2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas. Com a presença dos Vereadores André Santos, Eduardo Suplicy, que já compõe a Mesa conosco, há número legal. Declaro abertos os trabalhos da 19ª audiência pública desta Comissão de 2018.

Esta audiência pública tem como objeto o PL 536/2018, de autoria do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2019 – Orçamento do Município de São Paulo de São Paulo.

Os temas a serem tratados na presente audiência são relacionados a: Secretaria Municipal de Habitação, Cohab, Fundo Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Gestão, Iprem e outros.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios Online.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs.: Fernando Chucre, Secretário Municipal de Habitação; Alexsandro Peixe Campos, Diretor Presidente da Cohab; César de Azevedo, Secretário Municipal de Gestão; Roberto Baviera, Superintendente do Iprem. Convido para compor a Mesa o Sr. Ahmed Sameer El Khatib, Coordenador do Município, que tem comparecido a todas as audiências públicas representando a Secretaria Municipal da Fazenda.

Agradeço a presença dos Vereadores já enunciados e a da população em geral.

A publicação da presente audiência ocorreu nos jornais de grande circulação: no dia 1/11/2018 n' *O Estado de S. Paulo*; no dia 5/11/2018 na Folha de S. Paulo; e no *Diário Oficial da Cidade* nos dias 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 26, 30, 31/10/2018 e dias 1, 3, 6 e 7/11/2018.

Temos tido dificuldade, pelo pouco tempo, de reunir todos os que gostariam de participar das audiências públicas. Dessa forma, criamos um *site*, interessante de vocês anotarem para que vocês possam colocar todas as sugestões e comentários que desejarem: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2018. Tivemos, no ano passado, mais de 13 mil sugestões dessa forma. Teremos, na próxima sexta-feira, dia 9, audiência pública neste Salão com a

Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte, que envolve CET, SPTrans, Fundo Municipal de Trânsito e também a Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias, Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, e o Fundurb. No dia 14, véspera de feriado, desmarcamos a que estava agendada e a remarcamos para dia 23/11.

Daqui a 15 dias, dia 21/11, teremos audiência pública com os seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, Autarquia Hospitalar Municipal, Secretaria Municipal das Subprefeituras, Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida,

No dia 23/11, teremos a derradeira, com: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Esportes, Fundo de Esportes, Lazer e Recreação, Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – Siurb, Secretaria Municipal da Fazenda e Tribunal de Contas do Município.

A primeira fala ficará a cargo do Secretário de Habitação, Sr. Fernando Chucre. Na fala de cada um dos expositores, vocês poderão falar de todas as áreas temáticas da audiência. Durante a fala do Secretário, iremos abrir as inscrições, do lado direito da mesa, na qual todos poderão inscrever-se. Tem a palavra, Secretário.

O SR. FERNANDO CHUCRE – Bom dia a todos e a todas. Agradeço ao Presidente Jair Tatto a oportunidade de podermos estar hoje falando um pouco sobre o Orçamento da Habitação e os investimentos previstos para o ano de 2019; e qual será a intenção do Município de São Paulo, no caso, da Secretaria de Habitação, no sentido do emprego dos recursos para o próximo exercício. Agradeço aos Vereadores André Santos e Eduardo Suplicy e aos colegas Secretários presentes.

- Orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. FERNANDO CHUCRE - Seguirei um pouco o roteiro da apresentação só para passarmos uma visão geral; depois, poderemos falar um pouco mais abertamente sobre as questões que serão colocadas.

Falarei rapidamente sobre o programa de metas; sobre como estamos no Município com relação à contratação de empreendimentos de habitação, a previsão habitacional no Município, do Minha Casa Minha Vida, e também uma síntese rápida das propostas que temos para o Orçamento de 2019.

Para termos uma visão geral das metas que foram estabelecidas no começo desta gestão, e que serão revistas no final do ano, como previsto, nossa previsão inicial de entrega de unidades habitacionais é de 25 mil unidades até 2020. Dessas, já temos 14.162 entregues ou em fase de obras, que temos certeza absoluta de serem entregues até o final desta gestão. Isso é somente provisão de moradias.

Lembrando que, conforme dito na audiência passada, há três grandes eixos: provisão de moradias, que é produção habitacional; regularização fundiária e urbanização. Na regularização fundiária, a meta era de 210 mil famílias atendidas. Já estamos hoje com quase 50 mil famílias beneficiadas por esse programa nos dois primeiros anos. Lembro que estamos com $\frac{1}{4}$ da meta, mas a maior parte dos títulos é entregue no último ano, porque se trata de um processo contínuo. Há muito coisa que vem de administrações anteriores, mas sempre fazemos um cronograma segundo o qual no primeiro ano identificamos quais comunidades serão atendidas para, ao chegar ao quarto ano - especialmente no segundo semestre de 2019 e no último ano desta gestão, que é 2020 -, termos a concentração da maior parte das entregas dos títulos de regularização fundiária. Então, já temos 50 mil entregues até o momento.

Em relação à questão de urbanização, há obras em execução, e onde temos a maior dificuldade é na urbanização. Recordo também, Vereador, que tínhamos a previsão de 1,5 bilhão de investimentos do PAC, principalmente na região dos Mananciais. Então, o Município dispõe de mais de 4,5 bilhões de projetos licenciados e licitados, para cuja execução não temos recursos. O grande problema que temos hoje no Município, especificamente na área de habitação, é em relação a recursos para as obras de urbanização. Há lá um conjunto de

obras em andamento, que mostrarei um pouco mais à frente.

Numa síntese rápida com relação ao Minha Casa Minha Vida até 2018, tínhamos uma meta total nessa linha programática, nessa linha de financiamento, de 17,5 mil unidades. Nessa meta especificamente, estamos bastante avançados: já agora, no meio de 2018, temos 14.162 contratadas; ou seja, número bem próximo da meta final de 2010, já contratado. Isso é importante ser disso, e aqui estão as obras cuja entrega está prevista até 2020. Não estamos colocando aqui, em nenhum momento, obras que estão em andamento, tanto do Minha Casa Minha Vida como de outras que estão sendo executadas com recursos próprios, ou convênios com o Governo do Estado de São Paulo, mas que não serão entregues até 2020. Há um universo um pouco maior do que isso, de obras em andamento; mas, contratadas em com previsão de entrega até 2020, 14 mil unidades habitacionais.

Entregas em 2018, ainda do Minha Casa Minha Vida, temos poucos empreendimentos rodando aqui no Município sendo executados com recursos únicos e exclusivamente nossos, por conta, justamente, da baixa capacidade de investimento do Município atualmente, especialmente a Secretaria da Habitação. São 306 unidades previstas para entrega neste ano, além das 4,6 mil unidades cuja entrega está prevista para este ano, do Minha Casa Minha Vida. Então, estamos falando de aproximadamente 5 mil famílias beneficiadas com provisão habitacional, juntando os dois programas, as duas linhas de financiamento, até o final deste ano.

Na próxima tela, há uma relação das obras, na qual não vou me deter, mas listamos as obras que estão contratadas e as em andamento, com previsão de entrega neste ano: Barra do Jacaré, Caraguatatuba, Dom José, Jaboticabeiras, Pirassununga. Há as entregues e as que estão com previsão de entrega. É uma lista, na qual não vou me deter.

Próxima imagem. Esta relação que vocês estão vendo na tela é o conjunto das obras que conseguimos contratar nesses dois anos, que são conjuntos de quase 10 mil unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida. Quero, já fazendo propaganda, Vereador,

falar da importância desse número. Sabemos que é um número muito pequeno frente às necessidades frente ao déficit habitacional do Município de São Paulo, que consideramos, na faixa 1, como mais de 380 mil famílias. Mas, para termos ideia da importância desse número, desde 2009 até 2016, o Minha Casa Minha Vida contratou 22 mil unidades na faixa 1 no Município de São Paulo. Nos últimos dois anos, apesar da inversão da curva do investimento, o Minha Casa Minha Vida disponibilizou muito menos recursos para o Brasil inteiro, não só para o Município de São Paulo. Nós conseguimos contratar 50% do que foi contratado nos últimos, praticamente - 2009 foi o Minha Casa Minha Vida até 2016 -, nos sete anos que tinha no Minha Casa Minha Vida anteriores.

É óbvio que tudo isso não é um trabalho só desta Administração. Sempre falo que Habitação é um trabalho continuado de várias Administrações que vêm adquirindo terreno, fazendo projeto, preparando esses processos para serem encaminhados ao Minha Casa Minha Vida, mas, de qualquer maneira, é um número importante para o Município de São Paulo, que mostra certa compreensão - vamos chamar assim - do Ministério das Cidades, que o Município de São Paulo, onde tem o maior *deficit* habitacional tanto qualitativo quanto proporcional, do Brasil, onde realmente precisa ter investimento para que possamos fazer frente ao *deficit* do Município. Como eu disse, são 380 mil famílias no faixa 1, esse é o número que temos de 2016, do Plano Municipal de Habitação.

Provisão habitacional, o próximo. Aí são fotos de algumas obras que estão em andamento. Essas obras são todas com recursos do próprio Município ou convênio do Estado de São Paulo. Heliópolis, Sabesp II, 120 unidades; Sabesp I tem uma parte que está ocupada, há, inclusive, uma ação de reintegração agora, que deve estar acontecendo proximamente, mais 152 unidades; o Domênico Martinelli, 260 unidades, no Butantã; o Bambu House, dois blocos juntos, quase 230 unidades; Ponte dos Remédios 131 unidades; Heliópolis Gleba G 221 unidades, no Ipiranga; Alto da Alegria são um pouco mais de 300 unidades, se considerarmos os condomínios que estão em obras também, lá em Capela do Socorro; Viela da Paz 216

unidades.

Há uma série de obras para além do Minha Casa Minha Vida que estão sendo feitas também com os orçamentos disponibilizados para a Secretaria da Habitação.

Na área de urbanização, que é essa imagem que vocês estão vendo aí. Como eu disse, é onde temos a maior dificuldade de recursos. Temos uma lista de obras aqui, nós fizemos uma opção, no ano passado, a Secretaria da Habitação e esta gestão fez uma opção. Nós estávamos com muitas frentes de obras se abrindo sem ter dinheiro para tocar as obras.

Então nós abríamos uma frente de obra que valia 200 milhões e conseguíamos gastar 2 milhões, por mês, naquela obra, ou seja, vai durar 100 anos a obra se for por essa conta. Então, nós optamos em focar os recursos nas obras iniciadas, não ficar abrindo outras frentes de obras apesar de, como eu disse, ter muito projeto aprovado, licenciado e com licitações prontas. A meta foi terminar o que já estava começado, já tinha sido iniciado.

A relação de obras que estamos tocando é Sítio Itaberaba; Viela da Paz, que é Butantã; Parque das Flores, São Mateus; o Lidiane, que é ali na Casa Verde; Jardim Capela, no M'Boi Mirim; Roxel, Parelheiros; Cantinho do Céu, Capela do Socorro; Eldorado Mata Virgem, Cidade Ademar; Alto da Alegria, Capela do Socorro; Boulevard da Paz, M'Boi Mirim; Cidade Júlia, Cidade Ademar; Erundina, Capela do Socorro e Jardim Arnaldo, M'Boi Mirim.

Não está totalizado aqui, você lembra de cabeça o número de famílias beneficiadas?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO CHUCRE - Posso até verificar, Vereador, se há algum equívoco lá com relação ao Distrito, a Subprefeitura, mas para nós consta como Capela do Socorro.

Como eu disse, a nossa opção foi concentrar recursos nessas obras, porque terminamos e beneficiamos essas famílias o mais rápido possível, ao invés de ter muitas obras

iniciadas e não ter condição de terminar, por disponibilidade orçamentária.

Com relação às propostas, aqui estamos fazendo um resumo rápido, sei que vocês devem estar com uma série de perguntas, mas basicamente o que nós fizemos foi pegar todas as contribuições e as propostas que foram feitas pela população em geral, nas audiências de 2017. Identificamos essas propostas e tentamos fazer com que o nosso orçamento - mudando, por favor, a folha - refletisse o máximo possível do que foi colocado pela população nas audiências públicas.

Basicamente, se virmos o percentual, o conjunto das audiências tinha indicado a necessidade de que 65% dos investimentos da habitação fossem para provisão habitacional. Na proposta nossa há 63%, ou seja, está um número muito próximo, para não ficar identificando obra por obra, do que foi solicitado, do que foi indicado nas audiências públicas.

Na questão de regularização fundiária foi mantido, basicamente, o que foi proposto nas audiências. Na urbanização, como eu disse, onde temos o maior problema de recursos, nós aumentamos um pouco os recursos de urbanização.

Aqui não consta regularização fundiária, porque nós consideramos como custeio, na medida em que são feitos os contratos entre a própria Secretaria da Habitação e a Cohab, também via contrato de gerenciadora, ou seja, entra na nossa conta de custeio, por isso não consta, não aparece aqui claramente para nós a questão dos investimentos em regularização fundiária que se mantém, que é onde a Secretaria tem muito interesse, por conta do grande número de famílias beneficiadas a um baixo custo - vamos chamar assim.

Se pensarmos em regularização fundiária, o custo médio de regularização, por família, é por volta de R\$ 800,00, por família - não estou tirando obra de urbanização, estou falando em termos de processo, documento, processo legal para regularização.

Quando falamos em produção habitacional, falamos, na melhor das hipóteses, 150 a 160 mil reais, por família, para um atendimento habitacional, para a produção do apartamento. Essa conta, é óbvio, é muito importante para nós e é mais barato, é beneficiado

um número muito maior de famílias investir em regularização fundiária. Isso é algo em que a Prefeitura tem se debruçado já nas últimas administrações e que nós mantivemos na atual. Pode mudar de, por favor.

Isso aqui é para enxergarmos numa barra, vemos o tamanho, de como nós estamos com relação aos recursos, desde 2017. Aqui é Lei Orçamentária, não é o executado - importante dizer. Lei Orçamentária quer dizer qual o recurso que o Executivo, depois a Câmara dos Vereadores, determinam ou disponibilizam para gasto da Secretaria da Habitação.

Ao longo dos anos, em 2017, tinham sido disponibilizados quase 700 milhões; 2018, aproximadamente 1 bilhão, contando os recursos para construção, regularização fundiária e urbanização de favelas e, agora, estamos na casa de, quase 1 bilhão, aproximadamente, 950 milhões de reais, para a Secretaria de Habitação.

Na próxima tela, o que mais interessa, é para nós enxergarmos, mais do que o dinheiro disponível, se a Secretaria está conseguindo executar recursos. Quais os recursos que estão sendo executados, o quanto que estamos empenhando e gastando na Secretaria de Habitação.

Se pegarmos uma média, em 2012, por volta de 600 milhões; 2013 um pouco mais de 500 milhões; 2014 voltou para um pouco para um pouco mais de 600 milhões; 2015 houve uma queda para um pouco mais de 400; 2016 um pouco menos de 400; 2017 um pouco menos de 400 e, agora, nós já empenhamos, estamos voltando para uma média de investimentos importante, que é um pouco mais de 600 milhões de reais, já empenhamos para este ano e nós esperamos executar um pouco mais até que isso, até o final do ano, considerando a possibilidade ainda de algumas contratações do Minha Casa Minha Vida que foram selecionadas, no Município de São Paulo. Nós temos ainda a oportunidade de contratar um pouco mais de unidades, especialmente das entidades, até o final, agora, de 2018. O prazo é até o dia 23 de novembro, se nós tivermos sucesso, ainda deve melhorar um pouquinho essa curva.

Então é importante mostrar que vinha, historicamente, havendo uma queda nos investimentos e que, agora, estamos conseguindo, de novo, no caso da Habitação, executar mais, voltar para uma média que é o mínimo que nós achamos que é por volta de 600 milhões, por ano, para poder rodar as obras e fazer os aportes e empreendimentos do Minha Casa Minha Vida.

Em linhas gerais, Tatto, fizemos um resumo para tentar mostrar qual é a situação dos investimentos da Secretaria de Habitação.

Nós continuamos e ficamos à disposição para qualquer esclarecimento dos Vereadores e da população que está aqui presente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mantendo aqui. Não há necessidade de acender as luzes, ainda, vamos já na exposição, então...

A Cohab está dentro dessa ... ou teve alguma...

O SR. FERNANDO CHUCRE - Está dentro. Sempre nós fazemos a apresentação...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A Cohab fica aí representada nessa fala.

O SR. FERNANDO CHUCRE - Fica. O Alex estava aqui comigo...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou pedir que deixe para nós, depois, para a Comissão, esta apresentação.

O SR. FERNANDO CHUCRE - Claro. Está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Secretário.

Então vamos agora à Gestão. Secretário César de Azevedo.

O SR. FERNANDO CHUCRE - Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pode falar, Secretário.

O SR. FERNANDO CHUCRE - Só esqueci um detalhe, estou vendo aqui o pessoal de Heliópolis, todo da MSTI. Nas últimas audiências tinha duas grandes demandas, é importante dar retorno disso. Era o pessoal do MSTI a questão dos terrenos da Petrobrás,

especialmente Estrada das Lágrimas e também o pessoal do Córrego do Bispo.

No orçamento do ano passado nós já tínhamos colocado - até houve uma emenda do Vereador Police, também com relação à aquisição de um terreno lá - o recurso continua disponível, nós fizemos os decretos de desapropriação - os Dis - Decreto de Interesse para Desapropriação de Áreas de Interesse Social - nós dependemos única e exclusivamente, é a mesma posição que dei há um mês para vocês, mas estou reforçando.

Nós dependemos do juiz dar o valor. É uma avaliação judicial para podermos depositar o dinheiro. O dinheiro continua no orçamento e foi colocado no valor de desapropriação das duas áreas de Heliópolis. Isso está... é questão legal, todo recurso está aqui garantido e não vamos ter problema com relação a isso.

Lembrando também que eles, especialmente a área grande da Petrobrás, estão na PPP. Sobre a PPP, nós recebemos uma liberação do Tribunal de Contas agora, há uns dias, deve abrir o envelope em dezembro. O Reinaldo não está aqui, não sei se abrem as propostas em dezembro ou em janeiro. Esperamos ter uma notícia boa com relação a PPP que é, finalmente, a viabilização da área grande da Petrobrás, também, além da pequena que está indo por outro caminho, mas é de produção de unidades para as famílias que estão lá, tanto em auxílio de aluguel quanto também as famílias que estão aguardando moradia naquela região. Nós sabemos que lá há um problema muito grande, especificamente em Heliópolis. Está tudo encaminhado, nós não conseguimos dar a notícia para vocês: está aqui, tem interessado, vamos começar a obra, mas está tudo super bem encaminhado.

Estrada das Lágrimas, nós já fechamos toda a questão da licitação, a Denise está aqui, está soltando a licitação também, soltou com o Eliseu, na semana passada, e deve estar soltando o do Estrada das Lágrimas também a nova licitação.

Todos vocês se lembram, houve um problema com a empresa que tinha sido contratada lá naquela licitação, já estava licitado, pronto para começar a obra, a empresa, por um problema próprio, não pôde executar a obra. Nós tentamos chamar o segundo colocado,

terceiro, quarto e não conseguimos, tivemos de fazer nova licitação.

Apenas para dizer para vocês que está tudo de Heliópolis está encaminhando.

Córrego do Bispo, também, como nós não tínhamos recursos, que é uma obra de urbanização que envolve remoção de mais de duas mil famílias, era uma demanda específica do Vereador...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO CHUCRE - Mas era uma demanda da Câmara dos Vereadores que também nós colocamos na PPP que envolve remoção de duas mil famílias. É um número muito grande e o Município não tinha recursos disponíveis para uma obra desse tamanho, mas nós colocamos no radar da Secretaria da Habitação para que pudessem ser executadas essas obras o mais rápido possível.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário,

Nós fizemos aqui uma... Eu tinha dito Secretaria Municipal de Gestão, mas nós vamos primeiro, para a segunda exposição, com o Superintendente do Ipem, Roberto Baviera. Então Ipem, depois Gestão.

O SR. ROBERTO BAVIERA - Bom dia a todos e a todas. Cumprimentar o Vereador Jair Tatto, Presidente desta Comissão e os Vereadores presentes, André Soares e Eduardo Suplicy; Secretário César Azevedo, Secretário Chucre e o Ahmed, da Secretaria da Fazenda, em nome dele, que é servidor de carreira da Prefeitura, todos os servidores presentes e a população em geral.

Rapidamente, só para dar uma ideia do Ipem, assumi a Superintendência a cerca de 30 dias, trago para vocês uma apresentação breve, primeiro falando da nossa carteira. O Ipem cuida das aposentadorias e pensões de todos os servidores da cidade de São Paulo.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. ROBERTO BAVIERA - Nós temos ali as nossas quantidades, somos cerca...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO BAVIERA - Deve ser a iluminação de novo?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO BAVIERA - Vou ler para vocês então, porque infelizmente não há como aumentar da maneira como está ali. São cerca de 238 mil pessoas nessa carteira que o Iprem atende, sendo 127 mil servidores ativos, 87 mil inativos e 23 mil pensionistas que são hoje pagos pela instituição.

Na sequência, para ter uma ideia dos nossos custos com aposentadoria e pensão, neste ano, o Iprem vai gastar cerca de 8.4 bilhões de reais para poder bancar as aposentadorias e pensões, sendo que 11% do valor que o segurado paga compõe 1.4 bilhão. Os 22% que a Prefeitura paga compõe 2 bilhões, isso soma quase 3.5 bilhões. E aí é necessário para complementar os valores, a chamada insuficiência de 4.8 bilhões que a Prefeitura colocará neste ano de 2018 para complementar as aposentadorias dos servidores.

Em seguida vamos falar do orçamento e das variações dele. Entre o ano passado e este ano, a proposta de 2019 já está chegando a 9.847 bilhões. O aumento dela maior foi justamente nos pagamentos de aposentadorias e pensões, cerca de 8.5 bilhões, que falamos anteriormente, com acréscimo de 1.264 bi, uma variação de quase 15%. Deve-se aí à quantidade natural de pessoas que se aposentam a mais todos os anos ao crescimento das

folhas de pagamento que acontecem anualmente.

E temos com a administração da estrutura do Iprem um aumento de 12 milhões de reais descrito aí que são os pontos principais das mudanças para o orçamento do ano que vem. Estamos prevendo, no próximo slide, contratação de um sistema de gestão previdenciária. Hoje as aposentadorias são feitas quase que manualmente pelos DRHs, é necessário informatizar esse sistema para tornar muito mais rápida a concessão para os servidores e possibilitar uma auditoria e conferência melhor dos valores pagos.

Estamos contratando um censo previdenciário para fazer um recenseamento de servidores, pensionistas e dos inativos. E será necessário melhorar a gestão do Iprem e trazer algum conhecimento novo para agregar principalmente na questão de atuária e poder planejar os anos futuros, a contratação de consultorias especializadas de atuária como aconteceu nos últimos dois anos e está citado ali.

E a previsão dos 21.150 milhões trata de possibilidade de reestruturação de carreiras, no Iprem, que se aprovadas já estão previstas no orçamento do ano que vem para que não tenhamos problemas para pagar esses valores, caso isso ocorra.

Basicamente é isso. Vamos abrir para perguntas logo depois das apresentações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. César de Azevedo, Secretário Municipal de Gestão.

O SR. CÉSAR DE AZEVEDO – Bom dia a todos e a todas, cumprimento o Vereador Jair Tatto; Vereadores Suplicy, André Santos, Claudio Fonseca; Secretário Chucre, demais membros da Mesa e equipe, de maneira bem sucinta e objetiva estamos trazendo aqui a execução orçamentária da Secretaria de Gestão, 2018/2019.

De maneira prática, a Secretaria de Gestão atua em cinco eixos: gestão estratégica; gestão do patrimônio; gestão de compras; gestão documental e a principal e maior que é a gestão de pessoal da Prefeitura.

Nossa distribuição orçamentária e gestão dos recursos neste e no ano passado nos permitiu uma redução de custeio de 43% do que vinha sendo executado. Podemos destacar uma redução de 73.7% com os gastos com veículos oficiais. Acabamos com alguns contratos de carros terceirizados, leiloamos alguns veículos próprios e migramos para aquele aplicativo de transporte público.

Reduzimos em quase 50% o gasto com a impressão do *Diário Oficial*, quando acabamos com o *Diário Oficial* impresso e usamos hoje na Prefeitura apenas o *Diário Oficial* eletrônico. E tivemos também uma redução de 30% com os gastos com a Prodam e quase 96% de gastos com o Correio.

Essas foram as principais reduções que conseguimos fazer nesses dois anos de gestão.

Os valores orçados, que é o próximo *slide*, para 2019, são despesa com pessoal e encargos; administração de unidade; promoção à saúde do servidor; gestão do patrimônio; capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores; sistema de informação e comunicação e a edição de publicações oficiais.

As despesas com pessoal, consideramos um crescimento vegetativo; progressões de carreira; promoções de servidores ativos no período de 5% anual; redução de 4.02% nas despesas com pessoal em decorrência de aposentadorias e redução de cargos em comissão; encargos gerais do Município e temos uma previsão de aumento de 1.01.

Com pessoal, em decorrência do já exposto aqui, as aposentadorias, tivemos uma redução de 4% em valores reais. Uma diminuição de 4.85 com alimentação e 3.6 com transporte. Tivemos um aumento de 1.01 com encargos. Com pessoal tivemos um aumento de 0.84.

Gastos com orçamento para administração de unidades, estamos prevendo uma redução de menos 25% para o próximo exercício. Tivemos um gasto, este ano, de 13 milhões 661 mil e 711 reais. Para o próximo exercício estamos prevendo um gasto de 10 milhões 212

mil.

Com a promoção à saúde do servidor vamos ter uma diminuição de 66% com pessoa jurídica.

Na gestão do patrimônio, tivemos algumas despesas condominiais, imóveis advindos de herança vacante, cadastramento de imóveis de propriedade do Município em meio digital, o que nos trouxe mais transparência e agilidade na obtenção de informações, tendo, aí, um aumento de 302 mil reais. Com a capacitação, formação e aperfeiçoamento de servidor, estamos prevendo um aumento de 5,35% com a Emasp, com a Escola do Servidor Público Municipal.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos aguardar. As inscrições estão abertas.

O SR. CESAR DE AZEVEDO – Com o sistema de informação e comunicação, estamos reduzindo 3,31%. Com a edição de publicações oficiais, estamos reduzindo ainda mais 12% para o próximo exercício.

Tudo o que eu falei, de maneira resumida, o gasto com o pessoal, vamos ter um acréscimo de 1,01% e vamos ter uma diminuição, nos outros gastos da Secretaria, de 24,7%.

É isso. Agradeço a atenção e estou à disposição, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Muito obrigado.

O Presidente da Cohab, Sr. Alessandro Peixe Campos, também se faz presente aqui. Consta que a exposição da Cohab já foi feita, também, pelo Secretário.

Temos uma dinâmica de 10, 15 ou, dependendo do andamento, até 20 inscritos. Faremos uma rodada, então, com os Srs. Vereadores e, em seguida, teremos as respostas dos Srs. Vereadores. Pode ser dessa forma? (Pausa) Muito bem, então.

O primeiro inscrito é o Sr. Fábio Siqueira. Peço para que todos se identifiquem e digam a entidade que representam.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia, estimados munícipes de São Paulo, meu nome é Fábio Siqueira. Venho acompanhando, há algumas décadas, o orçamento e, hoje, vamos falar da questão da moradia, da casa popular que, cada vez mais, está rara aqui em São Paulo. (Palmas)

Saúdo os Srs. Vereadores, os Srs. Secretários, os conselheiros, a população, nesse ano triste. Num 1º de maio caiu um prédio histórico - Wilton Paes de Almeida, no Largo

do Paissandu –, morreram cerca de sete pessoas. É lamentável algo tão trágico. E a Prefeitura de São Paulo, Sr. Secretário Fernando, não fiscaliza os prédios em petição de miséria na cidade. Eu queria saber, Presidente Jair, qual é o órgão que devemos cobrar, porque não fiscalizam. Se é Contru, Vigilância Sanitária. Porque essa tragédia, infelizmente, pode acontecer de novo, porque tem outros prédios em situação calamitosa. E ninguém, nem um animal, pode morar lá, quicá um ser humano. Então realmente é necessário tornar público esse protesto contra a má qualidade das políticas habitacionais no município, no Estado de São Paulo e na Presidência da República, haja vista que o Ministério das Cidades, que cuida da área da moradia, vai acabar ano que vem, vai desaparecer. (Palmas) Aliás, deveria haver o Ministério da Habitação, porque habitação é um problema crônico na história do Brasil. Mas vamos tratar do orçamento da Prefeitura.

Um orçamento na área da habitação que foi criticado, rejeitado pelo Tribunal de Contas do Município, porque, na sua primeira gestão, no seu primeiro ano de governo de 2017, não atingiu as metas. Pela primeira vez, em 40 anos em São Paulo, nenhuma família saiu beneficiada com urbanização no Estado de São Paulo. Vocês sabiam desse dado? Em 2017, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, não houve nenhuma urbanização no Município de São Paulo. É uma coisa gravíssima. Nem péssimas gestões, como Pitta e Haddad, chegaram a esse dado; Doria chegou. Realmente é uma vergonha; o senhor, infelizmente, passa por esse vexame de nenhuma urbanização feita no ano passado. (Palmas) E, neste ano de 2018, a dotação, somando Sehab, Fundurb, Fundo de Saneamento, está 11%. Dotação geral de urbanização: 113 milhões; sucessões executadas até setembro: três milhões. E não adianta vir com a desculpa de que o vampiro Michel Temer não deu dinheiro. Isso a gente sabe, ele é um vampiro mesmo. O Presidente da República pior avaliado da história. Mas vocês têm que ir atrás de dinheiro de urbanização também, não pode deixar o povo sem casa, com moradia caindo, com casa em péssima situação.

Queria também entender por que não existe verba para o Conselho Municipal de Habitação. É um conselho oficial, que tem eleição, e não vi dotação específica para isso.

Também gostaria de entender por que, da dotação, ampliação e regularização, que

consta do Fundo Municipal de Habitação, na Cohab, só foi executado 1% em nove meses, equivalente a 400 mil reais, numa dotação de 45 milhões de reais. Isso porque a Cohab e o Fundo não está fazendo o seu dever de ampliar e regularizar projetos. Também ocorreu o mesmo com a dotação de programas habitacionais do Fundo Municipal de Habitação, que executou apenas 23%. Ou seja, a execução está péssima, está ruim na Secretaria. Não adianta jogar a culpa para o Estado, para Alckmin, para Doria, para Márcio França, para vampiros, não, tem que cumprir o orçamento, porque há orçamento. (Palmas)

Para finalizar, queria saber por que o Programa Mananciais, região Sul de São Paulo, Parelheiros, não foi citado aqui. É uma área que tem rua de terra, ou seja, a população ainda tem que sofrer com um problema dos anos 40. A execução foi de apenas 32%; e 0% na Sehab. Isso mostrar que o senhor não está executando nada. É zero em mananciais, zero em regularização, apenas 1 milhão em urbanização, de 90 milhões. O seu gabinete não está executando nada. É um problema sério não somente da Fonte 02, do Vampirão, mas da péssima administração João Doria-Bruno Covas na moradia.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Osvaldir Freitas.

O SR. OSVALDIR FREITAS – Bom dia a todos e a todas. Bom dia à Mesa, ao Vereador Jair Tatto, presidente da Comissão, aos Vereadores Suplicy, Claudio Fonseca, ao Secretário da Habitação, Fernando Chucri, a quem especialmente me dirijo.

Eu sou o Osvaldir, do Movimento de Moradia Missionária – Cidade Ademar. Temos um movimento que tem em torno de mil famílias inscritas. Vivemos uma crescente tensão na região, visto que, há dois anos, tivemos um despejo de famílias do Movimento. E elas hoje ainda se encontram sem nenhum atendimento. E nós temos um projeto muito importante: a Secretaria da Habitação começou a fazer entrega das unidades do Residencial Espanha, que também é uma conquista muito importante da região. Esse Residencial comporta 3.860 unidades. E foi previsto para atendimento de famílias do PAC Mananciais – famílias que serão

removidas de obras de urbanização, como já relato pelo Secretário. São obras que já estão em fase de andamento.

A área da qual as famílias do Movimento foram despejadas, teve agora um início de um empreendimento do *Minha Casa, Minha Vida*, mas é uma construtora à qual as famílias não têm acesso. E ao mesmo tempo, como foi explicado, e o entendimento das famílias que não estão nas área de remoção, que não serão removidas, não vão para o Espanha. E é correto, porque o Espanha foi feito para essas famílias que serão removidas. Mas elas não têm essas outras oportunidades. Eu comparo com aquele cachorro que fica na porta da padaria vendo os frangos girarem na televisão de cachorro e lambendo. As famílias estão nessa situação, e é por isso que estamos nessa crescente tensão nos próximos meses.

Sr. Secretário, apresentamos um pedido para que faça constar do orçamento de 2019 – e pedimos o empenho dos Vereadores da Comissão de Finanças e Orçamento –, a inclusão de pelo menos mais 300 unidades na região, para ir iniciando novos projetos na região. Entendemos que podemos fazer projetos pequenos. Não temos mais áreas que comportem um projeto como o do Espanha, de 3.860 unidades, mas poderíamos fazer projetos menores, com 50-100 unidades, começando, pelo menos, com 300 unidades para daqui a uns quatro, cinco anos, podermos atender algumas famílias. Então pedimos a inclusão no orçamento. Temos participado, inclusive, das obras do Conselho Gestor das áreas que sofrerão intervenção na região – lá do Guacuri, do Santa Amélia, do Fundão, do Pilão, do Mata Virgem. E até colocamos a grande competência e o empenho dos técnicos da Secretaria, que têm feito um trabalho muito importante na região, de participação e de esclarecimento da população. Temos pessoas que representam o Conselho Municipal de Habitação, do Conselho Participativo de Cidade Ademar. E essas reivindicações nós entendemos como de grande importância que se inclua no Orçamento. Reitero ao Vereador Jair Tatto que coloquemos essa proposta de, pelo menos, 300 unidades, para que, daqui a quatro, cinco anos, as famílias possam ser atendidas.

Era isso. Agradeço. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Vereador Atílio Francisco, que foi designado Relator Geral do Orçamento – S.Exa. está a caminho; sua assessoria está por aqui, obviamente. Tanto a Cetel, que é a nossa assessoria técnica, como a assessoria legislativa, estão anotando rigorosamente todas as reivindicações aqui colocadas.

Tem a palavra o Sr. Maxwell José da Costa, do MSTI.

O SR. MAXWELL JOSÉ DA COSTA – Bom dia a todos, companheiros de luta. Estou vendo o meu companheiro Nelson, de luta por moradia na cidade de São Paulo. Quero parabenizar as falas feitas antes de mim, parabenizar o povo de luta que veio, que saiu dos seus empregos, das suas casas, deixando os seus filhos, para estar nessa audiência pública. Não é fácil, na cidade de São Paulo, nos dias de hoje, fazer mobilização social, para trazer o povo para a rua, porque o povo está desacreditado em todos os seus aspectos.

Hoje a conjuntura política do País está diferenciada. A gente está num estado de expectativa, tanto a nível nacional, para a continuidade dos projetos, como Minha Casa Minha Vida e outros projetos importantes para as cidades. Não é só para São Paulo, para as cidades, principalmente as famílias; e temos, como objetivo, conquistar os direitos fundamentais. No nosso caso, o MSTI, é o direito à moradia.

Venho aqui, nessa audiência pública, parabenizar aqui todos que estão presentes. Parabenizo a Mesa, pela iniciativa novamente, de trazer a peça orçamentária. Não é a peça orçamentária dos sonhos nem para o Sr. Secretário nem para os movimentos sociais, mas é o que nós temos hoje apresentado, para que nós possamos consolidar os projeto habitacionais que as associações e a entidade espera.

Hoje eu creio que não é o estado de denúncia, nem de falar mal nem de falar tão bem da Administração, desta ou de outras Administrações. Eu acho que todas as Administrações que eu pude acompanhar, como coordenador, como militante, como Presidente de Associação, não foram do jeito que nós esperávamos. Todas tiveram suas falhas, todas, a

do último Prefeito, a do Sr. Prefeito, hoje Governador, todos tiveram suas falhas.

O que nós temos que fazer hoje é ter a unificação entre o Poder Público e os movimentos sociais, para nós encontrarmos uma saída para o atendimento das nossas comunidades. Não adianta mais nós ficarmos nessa guerra de queda de braço. Não adianta. Hoje os movimentos sociais, dentro da questão nacional, vão ter um processo até de marginalização. O movimento não vai poder mais fazer manifestação, não vai poder mais defender o seu direito e não vai poder mais fazer as ocupações. Há movimentos que fazem ocupações. No nosso caso, do MSTI, a gente não faz ocupações, justamente para não acontecer o que aconteceu com as famílias do edifício que caiu aqui no centro da cidade de São Paulo; e há centenas de outros edifícios na mesma situação.

A gente fala que todo mundo tem o direito ao sol, mas poucos chegam à sombra. A sombra é a garantia definitiva da sua unidade habitacional.

O Sr. Secretário colocou a questão de Heliópolis. A gente vem numa longa estrada de doze anos com movimento de luta por moradia no Ipiranga, num terreno de 428 mil metros quadrados, da BR Petrobras. Chama-se elefante branco, ou terra prometida, que foi batizada por nós lá do MSTI. Esse terreno nunca teve função social. Desde a época do descobrimento, está abandonado. Já serviu de lixão, já serviu de cemitério, já serviu para usuários de drogas e hoje está sendo preservado por um movimento. Nós lá, do MSTI, já estamos há três anos no terreno e não temos um barraco no terreno, um barraco no terreno, porque a nossa intenção não é construir mais uma favela na cidade de São Paulo, e sim ter um projeto habitacional que atenda às famílias de baixa renda nesta Cidade. (Palmas)

Não adianta movimento, porque a gente fica com medo da reintegração de posse. Não adianta a gente culpar o prédio, com medo da reintegração de posse ou com medo de o prédio cair. Não adianta a gente fazer mais favelas. A gente quer projeto habitacional. Para isso, a gente tem que ter o Chucre, o Peixe e os Vereadores desta Casa como parceiros, independente da sigla partidária. Sentou na cadeira, como Prefeito, como Governador, tem que

cumprir a lei, tem que fazer Educação, Saúde e Habitação para aquele que mais necessita. (Palmas) É isso o que a gente espera.

O Sr. Chucre acabou de falar sobre a questão do terreno da Petrobras. Estamos há doze anos esperando. Se é o Juiz que está embarreirando, está difícil no Juiz, o movimento vai se movimentar, como a gente sempre fala, e vai lá conversar ele. Às vezes, a gente não entende se o Juiz é Juiz ou Juiz é Secretário de Habitação, Secretário de Saúde ou Secretário de Educação. Os Vereadores também têm que ver isso, porque, às vezes, hoje o Judiciário até então trabalhava em consonância com o Estado. Hoje quer ser mais do que o Estado, quer ser mais do que o Vereador, quer ser mais do que o Secretário, que ser mais do que Prefeito, e fica embarreirando os projetos para atender à população, porque se recebe aluguel social do Estado. (Palmas) O Juiz recebe lá, para ter sua casa, 23 mil reais, e os moradores da comunidade, com 400 reais, que ajudam a pagar aluguel, não têm essa possibilidade. Então, se é o Juiz que está embarreirando, nós vamos para cima dele, porque, no movimento, a gente sempre fala (inaudível) (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Cláudio Benvindo Barbosa.

O SR. CLÁUDIO BENVINDO BARBOSA – Bom dia a todos. Parabéns aí pela organização. Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui e também tirar o meu chapéu para todos que estão aqui. (Palmas) Como disse o colega, não é fácil. Só de estar aqui falando de moradia, eu já me emociono, porque eu moro no extremo sul de São Paulo. Eu moro depois de Parelheiros. Eu moro no Vargem Grande. Aí eu ouvi falarem de Finanças aqui, e o problema que é dar continuidade a um projeto igual Minha Casa Minha Vida e outros projetos para atender à população; só que lá, no nosso bairro, foi diferente: Em 1978, nós conseguimos organizar 3.600 famílias. Compramos uma gleba. Todas as ruas, são 65 ruas, foram feitas pelos moradores. Hoje nós temos lá 7.500 famílias. Isso, em números, vai dar uma média de 40 a 45 mil moradores, e todas as casas são construídas. A gente também não permitiu que houvesse barracos e tudo mais, mas não por qualquer tipo de discriminação. É que a gente

achou que, por meio de um projeto sério, a gente ia receber o apoio governamental necessário, para a gente poder ter a nossa moradia.

É difícil falar, porque nós temos lá 65 ruas. Um terço delas estão asfaltadas. Os outros dois terços estão lá virando rio, e são ruas bem feitas, foram bem feitas, mas precisam de todo um planejamento, precisam do apoio das secretarias, para que a coisa seja feita de forma correta. Por que eu estou emocionado? Porque nós temos lá crianças ficando doentes. Há esgoto a céu aberto na cidade de São Paulo, uma das cidades maiores do planeta. São Paulo é considerada a 8º cidade do mundo, e a gente tem lá, no extremo Sul de São Paulo, um abandono total. Nós precisamos desse asfaltamento, nós precisamos do saneamento básico. Nós precisamos, porque há criança morrendo lá, morrendo. Não é brincadeira. Todos os bairros precisam das suas reivindicações. Todos nós estamos no mesmo barco, e eu peço atenção de V.Exas. para o bairro do Vargem Grande, porque lá nós não invadimos, nós compramos a gleba. Até a primeira escola do Vargem Grande quem construiu foi a população, e para a gente ter aquele bairro, a gente fez luta armada. Saiu tiro, morreu gente, foi a suor e sangue que a gente conseguiu construir aquilo. Então, não vamos precisar que a Cidade construa as nossas casas. A gente já tem. O que a gente precisa é do básico, para a sobrevivência dos nossos filhos.

É isso então. Por favor, um pouco mais de atenção ao Bairro do Vargem Grande, que foi constituído, criado e tudo que foi feito lá foi feito basicamente pela população; e eu peço que essa atenção seja feita pelo Sr. Secretário e pela Câmara de Vereadores. A gente vai apresentar o ofício.

Eu agradeço a atenção de todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Irani Dias.

A SRA. IRANI DIAS – Bom dia a todos. Bom, antes de qualquer coisa, eu gostaria de fazer uma manifestação de desagravo às três apresentações que aqui foram feitas, porque, afinal, foram feitos *PowerPoints*, e ninguém enxergou nada. Ninguém conseguia acompanhar

as devidas explicações dos senhores. Três Secretários aqui estão. Ou essa apresentação é para inglês ver, é para a gente não entender mais nada e simplesmente cumprir tabela nessa audiência pública. Então, eu queria deixar registrado isso.

Segundo, eu tenho algumas perguntas para os três Secretários. Quanto ao Secretário de Habitação, eu não sei se eu perdi, se eu dormi, eu não vi nenhuma indicação de uso dos imóveis desocupados, abandonados no centro de São Paulo, com dívida de IPTU, da Prefeitura, que estão desocupados aqui no Centro, até para revitalizar o centro. Não vi nenhum movimento nesse sentido, de dinheiro, para que isso pudesse se tornado moradia de interesse social para quem realmente precisa. (Palmas) Então, gostaria que os senhores frisassem isso aqui.

Segundo, para o Sr. Secretário do Iprem, muito me estranhou uma apresentação muito sucinta, mas muito clara, dizendo basicamente dos gastos: Doze milhões de aumento para a Administração, contratação em sistema previdenciário, censo previdenciário. Eu quero saber quanto vão gastar nesse censo. Para que esse censo? Falo em vinte e um milhões para reestruturação do Iprem. Eu queria perguntar para V.Exa. o seguinte: V.Exa. nos questionou, os servidores públicos, se nós queremos a mudança do sistema previdenciário? Porque nós já temos um sistema previdenciário, nós temos o Iprem, composto por servidores públicos há anos, aliás, uma caixa preta, que a gente não consegue saber para onde vai o nosso dinheiro. A gente tinha que fazer uma auditoria daquele lugar. (Palmas) Então, nós não queremos nada disso, cortem do orçamento do Iprem.

E nós queremos saber também outra coisa. É interessante que não houve fala da reforma da previdência, uma. Parece que não existe isso e nem vai acontecer, mas vai. A espada está em cima das nossas cabeças. Ninguém fala nada. Não há concurso público, não cobram os grandes devedores desta Cidade e nós é que vamos pagar a conta. (Palmas)

O terceiro ponto é para o Sr. Secretário de Gestão. Eu estou cansada. Eu sou servidora pública há 32 anos. Há 17 a gente não tem reajuste inflacionário. É uma vergonha

pública. Quando eu conto para qualquer pessoa, ninguém acredita. (Palmas) Quando eu conto que é 0,001, que várias Administrações trouxeram, ninguém acredita. Acham que é piada. Eu quero saber de V.Exa. qual foi o índice colocado nesse orçamento, e queria saber também qual é a previsão dos concursos públicos para 2019, porque a máquina acabou. Está igual na época da ex-Prefeita Luiza Erundina. Não há mais gente para trabalhar. E como V.Exa. disse que vai diminuir a saúde do trabalhador, eu queria saber como V.Exa. vai fazer isso, porque está ficando só no enxerga quem não quer, todo mundo doente. Os meus colegas de trabalho da Assistência Social estão doentes. Há gente afastada do serviço público porque pirou, porque teve surto, porque está estressado, porque está com câncer, está com uma série de coisas. Então, eu queria saber por que vocês vão diminuir saúde do trabalhador quando vocês têm que aumentar e fazer concurso público para toda a Prefeitura. Toda! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado.

Anuncio a presença dos Vereadores Fabio Riva e Isac Felix.

Tem a palavra a Sra. Marcia.

A SRA. MARCIA PERRONE Bom dia a todos e todas. Sou do movimento de moradia Almen, zona Norte. Zona Norte presente?

- Manifestações no recinto.

A SRA. MARCIA PERRONE– Quanto à apresentação da Habitação, acho que, para o pessoal do Conselho de Habitação, para as lideranças, nenhuma novidade. Na verdade, é o andamento de algo que está vindo desde a outra gestão; está num estágio importante. Reconhecemos a ajuda da Secretaria, mas, e as novas habitações? O que há para a zona Norte? Ouvei sobre a PPP, cuja data deve ser anunciada logo, mas gostaríamos de algo mais efetivo: onde vai se construir na zona Norte e para quem. O que há de empreendimento na zona Norte hoje, de fato, nem contempla a zona Norte, pois são famílias de movimentos de moradia de fora que estão levando o povo para morar lá na nossa casa, no nosso quintal. Esse

é um fato. Pode até contemplar habitação, mas não contempla o povo da zona Norte. Queremos, portanto, medidas mais direcionadas ao povo da zona Norte, que quer morar na zona Norte.

Esta é a minha reivindicação ao Secretário: que nos receba para apontarmos áreas, ZEIS na zona Norte para que essas moradias aconteçam e, principalmente, que as ZEIS já apresentadas por nós sejam, de fato, notificadas, porque se o Governo não notifica, perdemos o prazo de fazer isso acontecer. Não podemos nadar e morrer na praia. Antigamente a conversa era que não havia terrenos. O movimento de moradia se organizou, localizou e apresentou terrenos. Agora falam que não há dinheiro. Quer dizer, cada hora é uma coisa. E agora, a notificação das áreas, que depende do Governo, mas não está acontecendo, e estamos ameaçados de perder o prazo para ter esses terrenos para o movimento de moradia.

Obrigada.

- Assume a presidência dos trabalhos o Sr. Claudio Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Tem a palavra o Sr. Fernando Novicow.

O SR. FERNANDO NOVICOW – Bom dia. Meu nome é Fernando, sou pai do Miguel e do Romeu e trabalho com o Vereador Police Neto há dez anos.

Quero fazer quatro considerações. A primeira diz respeito ao Orçamento. Quem aqui é da Almen, zona Norte? Levante a mão, por favor.

- Manifestações no recinto.

O SR. FERNANDO NOVICOW – Quero ressaltar que, historicamente, para quem olha a Cidade da zona Norte, parece que o orçamento da Habitação pende para a zona Leste e para a zona Sul. Não estou dizendo que a zona Leste e a zona Sul não precisam de habitação, mas é olhar um pouco mais para a zona Norte.

Sou testemunha de que a Almen participou de todos os debates, reuniões e audiências públicas do Plano Diretor do Zoneamento para garantir as ZEIS na zona Norte, mas até hoje nada foi efetivado. Por isso, queremos esse olhar um pouco mais delicado e sensível

para a região.

Em relação à regularização fundiária, há três comunidades que acompanhamos de perto: a Salus e a Coruja, na Vila Guilherme, ao lado do Parque do Trote, e a Baracela, no Parque Novo Mundo, uma comunidade que cresceu muito nos últimos anos e nada tem sido feito, a não ser pela Sabesp, que conseguiu regularizar o fornecimento de água e de esgoto das três comunidades. Na Salus, especificamente, a Eletropaulo conseguiu fazer a regularização de energia.

Os processos de regularização são muito burocráticos, muito travados. Há um PA aberto da Salus há mais de três anos, e absolutamente não caminhou sequer um centímetro. O que identificamos é que mudança de coordenadoria, superintendência, dentre outras, só atrasam os processos de regularização fundiária, que já são muito burocráticos. Daí a necessidade de uma atenção especial.

O Secretário ressaltou a importância da regularização e, de fato, é importante, porque é mais barata, mais fácil e mais simples e garante ao cidadão aquele local onde ele já mora. Reforçamos isso.

Em relação à função social da propriedade, nada tem sido feito. Temos pedido frequentemente à Secretaria de Licenciamento e Urbanismo a notificação de terrenos que se enquadram nas ZEIS e, portanto, passíveis de serem notificados. Em especial na zona Norte, tenho acompanhado isso de perto, e nada tem sido feito. Por isso, é necessário notificar para começar a tirar a ZEIS do papel, porque existe a lei, mas não existe sua aplicação.

Por fim, um esforço maior tanto da Secretaria como da Câmara e do Governo em geral para o Programa de Locação Social ter mais vitalidade. O caso do Edifício Wilton Paes de Almeida, que caiu e matou gente lá dentro, poderia ter sido evitado se houvesse um Programa de Locação Social vigoroso. Então, existe o debate, mas não existe a consequência dele.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Obrigado.

Anuncio a presença dos Vereadores Police Neto e Alfredinho.

Tem a palavra a Sra. Rosalina Rocha, do Sinesp.

A SRA. ROSALINA ROCHA LIMA DE MIRANDA – Bom dia a todos e todas. Sou supervisora escolar da rede, diretora de administração financeira do Sinesp e fui eleita conselheira pelo segmento educação para o Conselho Deliberativo do Iprem. E é desse lugar que eu vou falar um pouquinho agora.

Numa reunião do Iprem deste ano, foi tratado da prestação de contas do ano base 2017. Pudemos observar que, já na previsão orçamentária para 2017, estava previsto um aumento, uma despesa para a folha de pagamento, como se a reestruturação do Iprem já tivesse ocorrido no ano de 2017. Felizmente isso não aconteceu.

A única despesa que não foi executada foi a da folha de pagamento. Pelo que o superintendente informou, para o ano de 2019, está previsto esse orçamento elevado por conta de acharem que essa reestruturação acontecerá. Lembrando que nessa reestruturação está contida no PL 621, que engloba também a reforma previdenciária, ao que nós também somos contra. Vocês sabem muito bem que a retomada desse PL está rondando esta Casa, e todos nós servidores públicos devemos estar atentos às manobras que estão acontecendo nos bastidores.

Como essa foi a única despesa que não foi executada, sobrou o dinheiro para a folha de pagamento do Iprem.

Quero entender a lógica desta Administração numa reestruturação que vai elevar descabidamente a despesa com a folha de pessoal. Isso porque, nessa reestruturação, está-se criando um número desnecessário de cargos em comissão de livre provimento, com salário iniciais acima de 12 mil reais.

- Manifestações no recinto.

A SRA. ROSALINA ROCHA LIMA DE MIRANDA – É isso que eu gostaria muito de entender. Todos nós sabemos que cargos em comissão de livre provimento são indicados pela

Administração. Por isso, a meu ver, isso é um grande cabide de emprego.

- Manifestações no recinto.

A SRA. ROSALINA ROCHA LIMA DE MIRANDA – Enquanto isso, observamos a situação caótica do Ipem, o sucateamento que ali aconteceu. A lógica, portanto, é: sucatear para depois vir apresentar uma reestruturação que vai salvar o órgão do sucateamento.

Não, gente. É necessário concurso público para colocar pessoas efetivamente no atendimento aos funcionários públicos que necessitam do serviço. Então, não consigo admitir uma reestruturação nesses moldes, eu não consigo entender. Gostaria muito que o nosso novo superintendente, Sr. Roberto, pudesse explicar, porque realmente não tem explicação no meu ponto de vista.

Só para concluir, essas situações têm sido denunciadas pelo Sinesp, que está presente lutando em todas as frentes que tratam de assuntos de interesse dos servidores públicos, em especial, dos gestores educacionais.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Okay, antes de comunicar o próximo orador, informo que a Maria das Graças da Silva Rocha perdeu a sua carteira de identidade, o RG, procure com a assessoria da mesa. Está aqui presente a Maria das Graças?

O próximo orador é o Sr. Mauro Alves da Silva, com seus três minutos.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Cumprimento os Vereadores, os presentes, os telespectadores, Mauro Alves da Silva, Consabeja Jabaquara, região do Americanópolis e adjacências, vim aqui falar sobre a questão da moradia.

Primeiro, quero fazer uma crítica à Casa e aos Vereadores por não fiscalizarem a execução orçamentária. Falo especificamente ou principalmente da Operação Urbana Água Espreada, que atende a questão do Jabaquara até a Chucri Zaidan, Pinheiros. Há uma lei aprovada na Casa em 2001 e foram arrecadados quatro bilhões desde 2001 até hoje e agora disseram que acabou o dinheiro, sendo que houve uma licitação em 2011 para construir quatro

mil moradias. Até hoje só entregaram 700 moradias para um cadastramento de 8.500 moradores. Só para vocês entenderem, essa diferença de 4.500 moradias, que não está na licitação, era para a Cohab ter feito o planejamento e a entrega. Agora, a gente sabe que não tem nenhum planejamento.

Outra coisa que eu queria chamar a atenção, essa Operação Urbana Água Espreada foi denunciada agora no começo do ano na Operação Lava Jato. Foi denunciado que houve uma fraude na licitação e os Vereadores estão “comendo bola”, porque o Ministério Público fez um Termo de Ajustamento de Conduta com a Prefeitura e com a Odebrecht, sendo que foi identificada pelo menos uma fraude de 30% na licitação, licitação feita pelo Governo Kassab, em 2011. E para o pessoal ficar pasmo, foi dada uma multa de sete milhões para a Odebrecht e ela vai continuar com a licitação. Só para vocês entenderem, tem aquele túnel, que foi licitado em cerca de três bilhões, aquele túnel que é uma fraude completa, não vai passar nem ônibus, nem bicicleta, nem pedestre, só carro.

Outra coisa que queria chamar a atenção é que foi aprovada aqui na Casa, sob relatoria do Vereador Fabio Riva, uma nova proposta para a operação urbana para arrecadar mais quatro bilhões, sem fazer a CPI da Operação Urbana. Cinquenta Vereadores, 50 tons de preto aprovaram o projeto de mais quatro bilhões em fazer a CPI.

Querida chamar a atenção também do Vereador Police Neto, que está fazendo um trabalho no Jabaquara, retiraram 250 mil metros quadrados do Jabaquara e transferiram para obras na Chucri Zaidan e na região de Pinheiros. Então, os moradores de Jabaquara e Americanópolis vão ficar a ver navios. Só para lembrar a falta de fiscalização, nesse de 2018 gastaram 200 milhões para construir aquelas 700 moradias. Com um detalhe, nesse período também gastaram 200 milhões só de administração, a tal SPObras.

Então, é uma fraude continuada e os Vereadores estão compactuando, porque não têm coragem de sequer aprovar uma CPI, que está tramitando na Casa, de autoria do Vereador e hoje Secretário Eduardo Tuma e com o aval do Presidente Milton Leite. Então, é

uma fraude completa.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Próxima inscrita é a Sra. Marisa, Leste

1. Na sequência, vai falar o Sr. Kiko.

A SRA. MARISA – Bom dia a todos e a todas. Saúdo a Mesa, eu me chamo Marisa e faço parte do Movimento Sem Terra Leste 1, filiada à União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior.

Então, é um grande orgulho e prazer estar aqui representando os movimentos de moradia e assim, vários companheiros que me antecederam a minha fala e acho que a nossa preocupação maior enquanto movimento de moradia é sobre a questão do Ministério das Cidades, então queria perguntar aqui para o Fernando Chucre, Secretário de Habitação e os seus secretários como vai ser daqui para frente, lembrando que a gente escutou, a gente viu o anúncio do novo Presidente da República falando que vai acabar com o Ministério das Cidades. Qual vai ser a intervenção no Município de São Paulo? Em Brasília, como vai ser essa intervenção, sabendo que o Ministério das Cidades é muito importante para todos, para discutir moradias, discutir recursos para todos os estados do Brasil?

Uma coisa que eu queria também saber, porque ficou muito ruim a apresentação, Fernando, gostaria de perguntar para você, porque fiquei com várias dúvidas. Uma das dúvidas que eu tive é sobre a questão do Orçamento do Município. Esquece o recurso do Estado, esquece o recurso do Governo Federal, quanto de fato o Município de São Paulo vai ter destinado para a moradia, de HIS – Habitação de Interesse Social? Fiquei com muitas dúvidas e gostaria que você explicasse para a gente.

Vou ser bem curta e falar que moradia não é privilégio. Moradia é um direito de todos. Moradia é de todos os cidadãos, de todos nós, que pagamos os nossos impostos e precisamos morar dignamente bem, morar na casa ou no apartamento, com qualidade. Então, por isso a gente precisa reservar recurso para a habitação, para garantir moradia para todos

que tanto necessitam.

Obrigada.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Kiko.

O SR. KIKO – Bom dia a todos e todas, ao pessoal que está compondo a Mesa. Eu queria tocar no assunto da PPP. Quando se fala em construção de PPP Municipal, qual recurso será usado? Porque já sabemos que o modelo do Governo do Estado só favorece quem ganha acima de dois salários mínimos e por aí afora. Não há transparência. Como que isso ocorre? A gente sabe que têm muitas famílias que estão sendo despejadas, perdendo a casa, mas por falta de pagamento. Mas, por quê? Porque está comprometendo 30% da sua renda.

E quando vocês falam de fazer PPP, a gente quer saber, a gente vem perguntando sempre, estou como conselheiro municipal e estamos sempre batendo nessa tecla. Somos contra PPP, porque não atende as famílias de baixa renda, atende quem ganha acima de dois salários mínimos em diante. E aí não tem condições de uma família que ganha um salário mínimo pagar uma prestação de 850 reais, ela vai comer o quê? Ou ela paga a prestação ou ela paga a casa e com o Governo do Estado não tem moleza, se não pagar, é despejado mesmo.

E outra coisa: a gente vem acompanhando sempre as áreas municipais, que ficam abandonadas e sem fiscalização. Concordo com o companheiro que fez a fala antes de mim, semana passada a gente acompanhou um caso na zona Leste. Um bairro, praticamente um bairro foi construído e aí chega o trator para derrubar tudo e ainda as famílias foram agredidas pela polícia. Até quando nós vamos aguentar isso? Nós somos trabalhadores, nós não somos lixo. Nós temos direito a terra. Esperam construir o bairro, esperam construir casa daquele porte para chegarem com o trator e fazerem o que estão fazendo. Muitas vezes a reintegração de posse, que é abuso de autoridade e aí simplesmente falar que afastou o policial, mas quem

dá a ordem para fazer isso é o próprio dono do terreno, o próprio judiciário que tratam a gente como lixo. E eles têm o auxílio moradia deles, enquanto estamos vivendo à mercê do Estado. É o nosso direito, queremos pagar pelas nossas casas, mas queremos ser tratados como cidadãos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Sra. Nágela Tomás de Souza, depois o João Gabriel, do Sindsep. Agradeço a compressão no tempo de todos.

A SRA. NÁGELA TOMÁS DE SOUZA – Boa tarde a todos, sou a Nágela, sou servidora pública de São Paulo. Estou aqui para fazer uma fala no sentido de discutirmos melhor essa questão do Iprem, porque três slides é uma vergonha. Discutir uma questão tão importante para nós, servidores, para a população de São Paulo, com três slides?

Estamos há 17 anos com 0,01; estamos na cidade mais rica da América Latina, com maior orçamento e que remunera os seus servidores muito mal, não valoriza, as condições de trabalho do funcionalismo na cidade de São Paulo que são extremamente precárias. Não é só salário, não lutamos só por salário, lutamos por condições de trabalho, lutamos contra o assédio moral, estamos na luta. Este ano fizemos a maior greve do funcionalismo porque nós não aceitaremos essa reforma da previdência. É bom dizer aqui que não aceitaremos, é um absurdo, essa reforma não foi discutida, esse projeto de lei 621, que é do governo do PT e piorado pelo Doria, não foi discutido conosco, servidores públicos.

Sabemos também que não existe déficit, essa história de déficit na previdência social não existe nem em âmbito nacional e muito menos municipal O que existem são os calotes das grandes empresas que não pagam aquilo que tem de pagar para a previdência municipal. E a prefeitura que tem a contribuição de 22% também não contribuiu por vezes. E aumenta o tal do déficit. Não existe déficit.

E outra coisa que precisamos fazer também é auditoria. O Iprem precisa de auditoria, tem o patrimônio imobiliário que é para a nossa previdência. Cadê esse patrimônio? O INSS, esses dias, saiu no Diário Oficial, apresentando imóvel do Iprem, para o Iprem que é

nosso. Onde está? Se não tivermos uma auditoria séria na nossa previdência social, vai ficar essa falácia e essa reforma tende a passar, mas não vai passar.

Quero fechar dizendo que vai ter luta, não tem arrego, queremos concursos públicos e queremos uma previdência pública e de qualidade. Não tem arrego e vai ter luta.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Quero anunciar a presença dos Vereadores Alfredinho, Police Neto e o nosso relator do orçamento, Vereador Atílio Francisco.

Estou na expectativa de haver quórum para a Comissão de Orçamento e Finanças, falta um vereador, eu preciso tratar de dois assuntos. O quinto vereador vindo, vou pedir cinco minutos de paciência.

Soninha, eu, você. Atílio? O Riva foi designado? Tem a carta? Muito bem, vamos seguindo. Às 11h45min preciso pedir essa paciência a todos, especialmente ao público. João Gabriel.

O SR. JOÃO GABRIEL – Bom dia, trabalhadores, população de São Paulo, quero cumprimentar a Mesa, Sras. e Srs. Vereadores. Quero dizer que a gente olha para a peça orçamentária mais uma vez e vemos que estamos diante de uma encenação. Aquilo que observamos na prática da execução orçamentária no ano passado, ficou muito aquém daquilo que foi apresentado pelos vereadores que estavam nesta Mesa no ano passado e que vimos ao longo de 2018 congelamentos, cortes no orçamento que afetaram a população, mas que afetaram também os trabalhadores da prefeitura de São Paulo e desta Casa.

Então, temos uma categoria de trabalhadores que presta serviço para a população da maior cidade da América Latina, que paga um salário de fome para diversas categorias. E que ao mesmo tempo tenta fazer com que uma reforma da previdência, que é um embute e um disfarce para reduzir salário dos trabalhadores da prefeitura de São Paulo e que transfere para o trabalhador a responsabilidade daquilo que é da administração pública. E assim tem sido nos últimos anos.

É bom lembrar que esta Casa foi conivente com o projeto de terceirização e privatizações, que tem sido com os cortes orçamentários e com o congelamento do salário dos trabalhadores da prefeitura de São Paulo.

Então, ao longo do ano de 2018, tivemos uma longa e exaustiva discussão com o governo, quando nos posicionamos contra a reforma da previdência e do Iprem. Nós tivemos um embate para discutir a situação das carreiras de nível básico e de nível médio que estão há seis anos sem nenhuma correção da inflação. E a Secretaria de Gestão tem apresentado propostas. Dizem que tem a intenção de apresentar uma votação de uma proposta de revisão salarial para esses trabalhadores que em diversos momentos ganharam menos do que um salário mínimo nacional. E não vemos isso nesse orçamento.

A previsão orçamentária para o funcionalismo tem somente 6% de correção. Isso não vai cobrir o crescimento vegetativo, isso mal cobre os gastos com Iprem e não tem previsão nenhuma para as promessas que o próprio governo está fazendo para os trabalhadores.

Então, para concluir, quero dizer que a nossa presença aqui é fundamental para que a gente possa expor as contradições, porque eles vão tentar impor uma reforma da previdência. A gente sabe que pediram para descer o PL 621 para o plenário, mas não vemos nada do que está sendo proposto refletido aqui para que a população e os trabalhadores tenham o direito de discutir. Então, temos de estar aqui para expor o que está acontecendo.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. O Antonio Marques cede o tempo ao Fábio Siqueira.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Em respeito à população não vou usar os três minutos, agradeço ao Sr. Antonio que acabou de sair.

Queria dizer da questão da regulação fundiária que foi executada apenas 26% e foi outro tópico que em 2017 também a Secretaria da Habitação fracassou e, por fim, perguntar se

realmente a questão que o Sr. Mauro levantou da operação urbana, se está na Secretaria de Urbanismo, que será a próxima audiência de sexta-feira.

É um assunto gravíssimo, vamos debater as operações urbanas na sexta-feira. É isso, obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Olga Quiroga.

A SRA. OLGA QUIROGA – Bom dia a todos, Srs. Vereadores, representantes das diversas Secretarias.

Fico feliz porque vocês estão aqui. É muito importante nós participarmos porque é importante falar o que realmente necessitamos. Estou falando em nome dos idosos do Município de São Paulo, 1 milhão 700 mil e 28 idosos. (Palmas)

Infelizmente, trabalhamos muito para conseguir política pública que nos beneficiasse, que nos desse conforto e tranquilidade nos últimos dias de nossas vidas. Eu tenho minha moradia, mas continuo lutando por aqueles que até agora não conseguiram e muitos deles já morreram e não conseguiram sua habitação.

Governo vai, governo vem, a gente não é levado em consideração. Muitas vezes, não somos escutados como idoso. Tem uma lista enorme de espera para habitação e não conseguimos nada. Participamos de uma licitação em 2015, depois por alargamento da avenida, a gente perdeu terreno. O único que temos para atender os idosos agora é a Vila dos Idosos, no Pari, 200 unidades. E o Palacete dos Artistas, na avenida São João, mais 50 unidades.

Quero sensibilizar as autoridades presentes porque precisamos ter um canto, precisamos de tranquilidade, sossego, privacidade. Fico muito indignada quando falam que vão lançar o selo “São Paulo, amiga do idoso”. Gente, é para dar risada. (Palmas)

Porque de amiga do idoso não tem nada. Temos 75% de semianalfabetos idosos, não podem nos Cieja porque os adolescentes caçoam do velho e continuam sem serem alfabetizados. É muito difícil conseguir a consulta para quando queremos, quando necessita.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por favor, D. Olga, tenho de abrir a comissão de orçamento. Estou no limite.

A SRA. OLGA QUIROGA - O senhor tem de levar em consideração que somos idosos e que não podemos correr, faz mal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas preciso abrir a reunião.

A SRA. OLGA QUIROGA – Quando eu falo que queremos ser respeitadas, não é brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu permito que a senhora faça uma nova inscrição. Estou no tempo regimental.

A SRA. OLGA QUIROGA – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – D. Olga vai voltar a falar daqui cinco minutos. Vou suspender por alguns momentos.

Estão suspensos os trabalhos da audiência pública.

- Aberta a reunião ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Na qualidade de presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, com a presença dos Vereadores Isac Felix, Atilio Francisco, Jair Tatto, Ota, Soninha Francine, há número legal, declaro abertos os trabalhos da 17ª reunião ordinária do ano de 2018. Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no novo endereço www.saopaulo.sp.leg.br, na área auditórios online.

Vou suspender a reunião ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Retomo a nossa audiência pública. D. Olga, por gentileza. (Palmas)

A SRA. OLGA QUIROGA – Obrigada. Olha, que beleza, esse dia tem de ser marcado na folhinha, porque não estamos sendo respeitados. (Palmas)

Hoje quero falar mais, como esta audiência é sobre habitação, e no dia da audiência sobre assistência social também falamos bastante, porque estamos aqui para defender direitos. Não estamos pedindo nada de graça e não queremos caridade. Queremos apenas que se cumpra o artigo 38 do Estatuto do Idoso, que diz que temos direito à moradia. E agora falaram que temos 3% de tudo o que se encontra no Município de São Paulo. Até agora não conseguimos saber onde estão esses 3% e para quem foram dados.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu tenho certeza de que todos vocês me compreenderam, que é o tempo regimental já com a tolerância esgotando.

Faço uma proposta aos membros da Mesa. Temos 20 inscritos. Eu toco até o 20º e encerro as inscrições, permito que os Vereadores se pronunciem para que também possa haver um tempo hábil para as respostas, que são muitas. Podemos fazer dessa forma, tocar até o fim das inscrições? (Palmas)

Tem a palavra a Sra. Lourdes Estevão, do Sindsep.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO – Boa tarde a todos e a todas.

Na pessoa do Sr. Vereador Jair Tatto, cumprimento toda a Mesa, cumprimento a cada trabalhador e a cada trabalhadora, e nós, trabalhadores, certamente cumprimentamos toda a população, para quem prestamos serviço, com muita alegria.

Já começo colocando o seguinte: eu, como membro do Sindicato, lembro a todos de que as paredes não trabalham. As paredes não dão injeção; o giz não dá aula. Então, precisamos de trabalhadores. E não existe nenhum Governo que possa dizer que tem o mínimo de preocupação com a população se ele não tiver trabalhador equipado para trabalhar, valorizado para trabalhar e com condições de trabalhar. E essa é a nossa maior angústia, porque saímos para prestar o serviço e não temos como prestar o serviço para a população e isso explica o adoecimento dos trabalhadores, exatamente pela falta de condições.

Portanto, é necessário e é normal que, dentro do orçamento, esteja previsto o salário, o aumento de quem realiza o trabalho. Porque, se não estiver previsto, tudo o que for

falado será mentira. Então, eu acho que isso é uma coisa importante.

A segunda coisa que eu acho que é muito importante e que eu gostaria já de avisar a todos os Vereadores desta Casa é que o fato de termos feito uma greve, com 100 mil trabalhadores, neste ano, significa que não estamos de acordo com aquele projeto que outra vez está sendo colocado. Então, é muito importante – e peço, inclusive, o apoio da população – que todos os Vereadores desta Casa saibam que se colocarem o projeto, nós vamos reunir os 100 mil e vamos voltar para a rua. (Palmas) Porque já está colocado, já está colocado. Se o Governo tiver preocupação, de fato, de sanar a questão da Previdência, ele tem de administrar bem, porque não tem quem pague a Previdência porque terceiriza tudo. E terceirizou tudo porque não estava preocupado com a população. Terceirizou porque esse dinheiro da terceirização vai para algum lugar e sabemos perfeitamente que é muito mais caro terceirizar do que fazer concurso público. Você não tem rotatividade. Tem uma série de vantagens para a população você ter o concursado. Então, mais uma vez, estamos reafirmando como trabalhador que aquilo que dissemos no início do ano não é mentira, nós não estamos de acordo com aquilo. Portanto, nós vamos parar. (Palmas).

Outra coisa, para terminar, como eu sou também do Conselho de Saúde, que no orçamento a Saúde esteja prevista porque os nossos hospitais, principalmente os hospitais, estão caindo aos pedaços. As pessoas estão morrendo porque não tem recurso para a Saúde. (Palmas).

- Assume a Presidência o Sr. Claudio Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – O próximo orador é o Sr. André Araújo.

O SR. ANDRÉ ARAÚJO – Bom dia a todos e a todas. Saúdo os nobres Vereadores da Capital e demais membros da mesa.

Primeiramente, queria mostrar a minha nota de repúdio ao comportamento da Cohab, através do Presidente, Sr. Alexsandro Peixe, e também o Secretário Municipal de Habitação devido à situação de cerca de 300 famílias que na terça-feira passada, dia 30, foram retiradas de maneira abrupta e sem total amparo por parte da municipalidade no bairro do Lajeado. Isso tem sido constante.

O movimento fez a mediação junto à Secretaria Estadual de Habitação, Sr. Paulo

César Matheus e, graças a Deus e ao bom-senso, conseguimos o atendimento definitivo e também o auxílio moradia provisório através daquele tão respeitoso órgão.

Tenho preocupação com a regularização fundiária. Em 2017, dia 11 de julho, foi editada a Lei 13.465. Contudo, infelizmente, a inércia do Município na aplicação dessa lei tem dificultado todos os processos de regularização.

Então, peço ao Secretário Municipal de Habitação e aos demais Vereadores para fazerem uma audiência pública especialmente para atualizar a legislação. Na atual legislação federal 13.465 permite que o Município possa fazer o licenciamento ambiental até mesmo nas áreas de manancial, mas infelizmente isso está travado porque para a CETESB isso não é prioridade.

O custo médio para cada família de mil reais não anda porque temos hoje a falácia da PPP e dizem que vai resolver todo o problema. Apesar da inconstitucionalidade, segundo parecer do Professor Yoshi Harada, da Comissão de Precatórios da OAB, infelizmente, muitos movimentos estão indo a favor de uma situação que não irá abranger toda a população carente, principalmente de um salário mínimo.

Então, eu queria que o Secretário – e vou aderir a uma fala anterior – que explicasse os recursos diretos da Secretaria Municipal de Habitação. Quanto que ela vai investir na questão da habitação, em especial, na regularização fundiária independentemente dos recursos vindos de um ministério que sequer sabemos se vai existir ou do Estado.

Gostaria que o Sr. Fernando Chucre, Secretário Municipal de Habitação, venha esclarecer quais os recursos diretos por parte da Secretaria Municipal de Habitação.

Finalizando, quais as providências quanto ao Legislativo com relação à aplicação da adequação à Lei 13.465, de 2017. Ok. Obrigado e um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Tem a palavra a Sra. Carmem Ferreira.

A SRA. CARMEM FERREIRA – Bom dia a todos os presentes, bom dia às crianças que estão presentes, muito bom, bom dia a todos da Mesa: Secretários, Vereadores e

Vereadoras. Quero muito agradecer a fala da Dona Olga, foi de extrema importância e também ao André, pela questão da preocupação referente a PPP e também a questão da regularização fundiária. Gostaria de fazer alguns questionamentos, eu entreguei o ofício na Comissão de Finanças sobre algumas questões que envolvem a urbanização da comunidade da Viela da Paz, que fica no extremo sul do Distrito do Butantã. O Conselho Gestor do Viela solicita a destinação de mais recursos orçamentários para a conclusão da urbanização e regularização fundiária da Viela da Paz, em consonância com o TAC do qual seu prazo já expirou inclusive por que já existe uma multa do Ministério Público, que foi impetrada e que foi de 630 mil. O não cumprimento do acordo isso pode estar gerando multa e mais multas em cima do orçamento que é destinado para o Viela. A multa sai da própria verba para a construção das unidades habitacionais.

A solicitação também da inclusão direta de verba da fonte 00, por que até então os recursos que têm sido destinados ao orçamento às obras da Viela da Paz são vindos do Fundo do FM Sai e agora nesse ano também do Fundurb. A gente sabe que não é o valor que nós precisamos, e se houvesse recursos da fonte 00, as obras teriam mais agilidade.

Destinação de verbas para o DUP, da Avenida Dr. Migliano, necessários para conclusão da urbanização da Viela da Paz onde 343 famílias estão destinadas para terem as suas unidades habitacionais porque nem todas as famílias conseguiram voltar para Viela.

O prazo determinado pelo TAC, em relação ao DUP, que é a nossa preocupação se encerra agora no mês de dezembro. O valor que foi estipulado pelo laudo prévio, foi em 2014, foi de 18 milhões e 700 mil o valor do terreno. Desse valor foram depositados em juízo o valor de 3.361.347,85 milhões, atualizado agora para esse ano até setembro o valor terreno é de 19.257.402,19 milhões, portanto, são necessários recursos atualizando um pouco mais de 20 milhões. A nossa preocupação nisso vai se completar 10 anos dessa luta e entra a questão do que a Dona Olga falou que há muitas famílias que tiveram todos os problemas, foram retiradas das áreas, estão no aluguel social. Há pessoas idosas e infelizmente a gente sabe que teve

problema de verba, toda essa demora, porém essas famílias não conseguiram ter o sonho de voltar para a sua área e ter a sua casa. Isso é muito triste.

Outra solicitação é com o terreno, porque o Viela está no Renova, pela Pirajussara 7 e existe um terreno na Rua Herbert Smith, no Jardim das Vertentes, que existe um coeficiente maior de construção, que poderia atender às 343 famílias da Viela da Paz e mais outras famílias que estão dentro do Pirajussara 7. A demanda é mais ou menos - estipulando pelo valor venal do terreno - em torno de 24 milhões.

Então, nós solicitamos que os Vereadores possam discutir isso e que seja destinada uma verba, para que a gente possa concluir o projeto de urbanização antes de 2021. É inconcebível que as famílias tenham que esperar todo esse tempo para ter a sua moradia.

Quanto à questão do Ministério Público, ele está acompanhando, e é muito sério. Não dá para a Prefeitura ficar pagando multa, sendo que é um dinheiro que poderia estar sendo investido nas obras.

Obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Bom dia à Mesa. Eu tive um choque muito grande, porque meu filho faleceu há três meses, mas não é por isso que eu deixo de vir. A Sra. Olga está de parabéns, só que eu quero saber cadê o representante Executivo do idoso. Cadê os parlamentares? Neste ano, não foi formado nenhum representante dos parlamentares para o idoso. Como podem cobrar, se não havia ninguém que nos representasse na mesa? Não tivemos nada.

Eu estou aqui exclusivamente para falar sobre a habitação. Eu não vou falar por números dos idosos, não vou ser repetitiva, porque eu não sou otária. Sou idosa, mas não trouxe. Nós temos CDHU Águia de Haia desde 1988, numa área com dez mil metros quadrados. Está lá contaminada, com idosos e moradores na rua. Perguntem para mim o que

há para o idoso lá em Itaquera e Cidade AE Carvalho. Só vão lá, na época da eleição, para iludir os idiotas, os imbecis, as pessoas que ainda acreditam naquele faz de conta. Agora eu estou falando para todos os senhores. (Palmas) Eu, Maria do Socorro, com 77 anos, sou funcionária pública aposentada da Prefeitura. Sou aposentada da Fundação FEBEM e muitos dos nossos jovens estão sendo depósito de lixo. É só os senhores irem lá, em Itaquera e na Cidade AE Carvalho, e verão o monturo que existe. Há população que ainda acredita nos senhores.

Gente, prestem atenção: Idoso vota. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Alonir Viola.

O SR. ALONIR VIOLA – Bom dia a todos, trabalhadores, trabalhadoras, população e senhores da Mesa. Meu nome é Alonir Viola. Sou trabalhador da Saúde. Sou representante também do sindicato, do Sindsep, e eu queria fazer uns questionamentos e uma indignação com o Secretário de Gestão, que passou alguns números e acabou dizendo que vai diminuir os gastos com promoção à saúde do servidor, a partir do ano que vem, mais ainda. Pergunto a ele: vai diminuir mais o quê? Como é que ele vai conseguir diminuir mais ainda? Vou contar um caso a vocês: estive no Cogess na semana passada para fazer uma perícia. O prédio do Cogess fica na esquina da Rua Boa Vista com a Rua Riachuelo, se não me engano. Cheguei para a perícia aos 15 minutos para as 7 horas, sendo que a perícia estava marcada para as 7h10min. Havia já uma fila imensa de servidores para fazer perícia. Eles ficam do lado de fora, e no prédio ao lado há uma garagem, de onde a toda hora entram e saem carros. É um perigo. O pessoal entra para descarregar mercadorias nas lojas, e os funcionários ficam expostos. A fila que havia começado ali, quando entrei já estava quase no Serasa de tão grande. Então, quero saber como vocês vão diminuir ainda mais esses gastos, se vocês já estão fechando os Centros de Referência de Saúde do Trabalhador – CRST. A maioria está sendo fechada; nos que não estão sendo fechados, não há profissionais para trabalhar, a maioria está se aposentando e não há reposição e não há abertura de concurso público. Então, o que

acontece? O equipamento acaba ficando sucateado, e eles acabam fechando, que é mais fácil.

Outra coisa: dizem que não há verba. Escutei hoje pelo rádio uma entrevista do diretor da CET dizendo que só no primeiro semestre foram multados aqui em São Paulo 5,3 milhões de veículos. Só no primeiro semestre. Acho que tem muito dinheiro que entra na Prefeitura através disso, e isso só da CET.

Com relação à promoção à Saúde, Sr. Secretário, não sei se vocês acompanharam nos telejornais de ontem o caso de uma moça que estava desaparecida, Márcia. Infelizmente, foi encontrado o corpo dela. Ela foi assassinada pelo sogro e pela sogra e estava há alguns dias desaparecida. O que a Prefeitura fez? Em vez de apoiar e auxiliar a família dela, abriu um processo de exoneração por faltas para essa funcionária. Então, quero saber que tipo de promoção a Prefeitura faz para os seus trabalhadores.

Mais um recado para os Srs. Vereadores que estão presentes e para os que não estão presentes. Votamos em vocês para nos representarem em São Paulo. Só que muitos de vocês estão fazendo como o Doria: não estou cumprindo seus mandatos. Muitos saíram para disputar eleição para deputado estadual ou federal. Vocês falam do Doria, mas acabam fazendo o mesmo que ele. Votamos em vocês para nos representarem no mandato de quatro anos em São Paulo. Quando acabar o mandato, vocês tentam depois a sorte como deputados.

Era isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Como o Vereador Fabio Riva disse que será sucinto, abrirei a palavra aos membros da Mesa. Inscritos os Vereadores Fabio Riva, Claudio Fonseca e Suplicy.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, senhoras e senhores, obrigado a vocês pela presença. Serei breve. Todos sabem da minha luta pelo movimento de moradia. Tenho constantemente cobrado do Secretário Chucre, sei do seu esforço, mas temos, de uma forma ou de outra, de dar um voto de confiança num governo que começa e começou, graças a Deus, atendendo e respondendo a algumas realidades. Algumas legislações favoreceram isso,

principalmente a nova Lei de Regularização Fundiária, pela qual tivemos um grande significativo. Tenho orgulho de dizer que o primeiro título dado pela nova lei foi em Perus, no Parque Esperança, na Quinta Área, de um movimento que vem desde 1993. Então, são conquistas que a gente vai tendo ao longo dos anos. Isso se coroou este ano, mas a luta pela moradia não para.

Por isso fico muito feliz de ver vários movimentos aqui. Essa é nossa luta. Rico compra casa e nós aqui conquistamos e conquistamos com luta e trabalho. Então cada um de vocês aqui, não só em mim, mas em outros Vereadores que também têm essa bandeira de moradia, um aliado.

Então podem ter certeza que vamos lutar sempre para um melhor orçamento, para que possamos viabilizar vários outros programas. Sou favorável ao programa de lote urbanizado que tenho conversado muito com o Secretário Chucre vindo de outra ideologia de movimentos, mas temos de respeitar todo movimento de luta. Acho que todos que estão aqui têm um papel importantíssimo, os idosos, as pessoas que não têm casa.

E queria também dizer ao Alex da Cohab, que ele também tem um papel importantíssimo nessa construção de uma nova forma de habitação na cidade de São Paulo. E dessa forma vamos construindo uma cidade muito mais justa e com mais moradia para quem precisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Vereador Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Secretários, público presente, pessoal do movimento de moradia, demais movimentos, servidores públicos, antes quero encaminhar pergunta deixada pelo Vereador André Santos ao Secretário de Habitação quanto aos recursos do Fundo Municipal de Habitação, como será utilizado este ano, algo em torno de 48 milhões?

De minha parte indagar ao Secretário de Gestão algumas questões. São dados da

própria Secretaria Municipal de Gestão que, no ano de 2017, tivemos 3 milhões 191 mil dias perdidos por licença saúde de servidores públicos. Somos em torno de 120 mil servidores e esse é o total de dias perdidos ao longo do ano por afastamento do trabalho, por licença médica, saúde, totalizado em 3 milhões 190 mil.

Como aceitar uma redução de investimentos na proteção à saúde do trabalhador público? É dinheiro que tem sido perdido, recurso humano que não tem sido utilizado. Tínhamos de ter um programa arrojado de defesa e proteção à saúde preventiva. Prevenção ao adoecimento do servidor público.

Nenhuma Administração, nenhuma empresa pode conviver com um indicador tão grave quanto esse. E se temos 3 milhões 191 mil dias perdidos na Administração por licença saúde, isso é um sintoma das condições de trabalho, baixa remuneração, desgaste físico e mental.

Então a Prefeitura Municipal de São Paulo não pode conviver com esse número e não pode trazer um indicador de redução de gastos com promoção à saúde do servidor municipal.

Indago ao Secretário quais são de fato as políticas, como vamos recuperar o Hospital do Servidor Público sucateado? A possibilidade de ampliação da quantidade de leitos? O Hospital destina-se também ao atendimento da população em geral na porta de entrada, no pronto-socorro, através do SUS, não se pode conviver com esse indicador.

Ainda sobre a questão do orçamento geral há previsão de um crescimento da ordem de 6% da receita para o próximo ano estimando que vamos ter variação do PIB de 2,5% e uma inflação de 4,1. No entanto, não vemos na proposta orçamentária nenhum indicador de que haverá uma proposta de reajustamento geral da remuneração dos servidores públicos.

Foi dito por pessoas que me antecederam que nos últimos anos a política geral da Prefeitura tem sido de 0,01% de reajustamento, salvo alguns momentos que há reclassificação, reorganização de quadro de profissionais de Educação e de profissionais servidores públicos, o

indicador é 0,01%. Temos os nossos aposentados que não têm sequer paridade e estão numa situação de mendicância geral.

E para completar o quadro que não deixa de ser grave, ainda há a proposta de reforma da Previdência tanto no âmbito nacional impondo, tentando impor idade de 65 anos, no mínimo, para que as pessoas possam adquirir direito à aposentadoria. Mas não vão adquirir direito à aposentadoria, vão adquirir, na verdade, um atestado de óbito porque ninguém consegue trabalhar tanto tempo, esticar tanto tempo.

Servidor público, profissionais da Educação, tem uma reforma geral da Previdência aqui no município de São Paulo, que agora, no final do ano, pretende-se colocar em votação. Um projeto de lei que dispõe sobre a criação do Regime de Previdência Complementar, com instituição de teto e fixação de uma maior contribuição. Fala-se muito em déficit na Previdência do Município de São Paulo, mas ninguém nos diz qual é a origem desse déficit, e querem colocar toda a carga do déficit previdenciário nas costas dos servidores.

Foi dito por vários que me antecederam, os servidores públicos do Estado, de fato, fizeram um movimento arrojado, com mais de cem mil pessoas nas ruas contrários a essa proposta. E o Governo Municipal tinha de estar com seus olhos voltados também ao que acontece no cenário nacional. Só falta aumentar para 65 anos a idade mínima para aposentadoria e ainda vir uma carga de confisco nos salários dos servidores públicos. Isso é inaceitável, não vamos aceitar que este ano essa reforma seja imposta goela abaixo dos servidores públicos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Claudio Fonseca.

Vamos ouvir agora o Vereador Eduardo Suplicy, a Vereadora Soninha Francine, o Vereador Police Neto, a Vereadora Juliana Cardoso. E ao final das respostas dos Secretários, ouviremos o relator.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Boa tarde, Presidente Jair Tatto, prezados secretários Fernando Chucre e César de Azevedo; Superintendente do Iprem,

Roberto Baviera; prezados senhores e senhoras Vereadoras, queridos participantes desta audiência pública.

Há uma pessoa que, há muitos anos, há muito tempo participa praticamente de todas as nossas audiências públicas. Eu recebi a informação por parte da Sra. Irani Dias, e ela me fez uma sugestão de que possamos prestar uma homenagem ao Sr. Laerte Brasil, o Sr. Laerte faleceu recentemente e assim não está hoje, aqui, presente. Então, se me permitem, peço um minuto de silêncio, uma homenagem a esse veterano participante de todas as nossas audiências públicas.

Por favor, vamos levantar e prestar a homenagem, um momento de silêncio.

- Minuto de silêncio.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - Muito obrigado, podemos continuar.

- Palmas.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - Eu gostaria, primeiro, de convidar os representantes dos movimentos que lutam por moradia para amanhã, a partir de meio-dia até às três da tarde, neste mesmo auditório, estão sendo convidados todos os movimentos sociais: MTST, MST, os movimentos de moradia, movimentos de igualdade racial, de proteção do direito das mulheres, da população LGBT, enfim os mais diversos movimentos sociais.

A Comissão de Direitos Humanos, que eu presido e a Vereadora Juliana Cardoso, é Vice-Presidente, nós resolvemos, tendo em conta as declarações do Presidente eleito, que intenciona criminalizar os movimentos sociais, e como nós achamos, da maneira como hoje está acontecendo, que é necessário garantir, como está na Constituição, o direito à livre expressão, à livre organização, o direito de ir e vir, de manifestação; que possamos aqui assegurar e transmitir a todos - inclusive ao Presidente eleito – que esses movimentos que lutam, por exemplo, pela moradia realizam sua atividade, que é perfeitamente normal e está prevista na nossa Constituição.

- Palmas.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Gostaria de perguntar ao prezado Secretário Fernando Chucre, tendo em conta inclusive por causa da recessão, do aumento do desemprego nesses últimos dois, três anos, pois aumentou o número de pessoas vivendo em situação de rua, que pensamento tem o secretário Fernando Chucre para acelerar o atendimento a essa população que, infelizmente, está aumentando em nossa sociedade? Que providências pensa a Secretaria da Habitação adotar para acelerar a resolução do problema? Será que seria o caso de proporcionar aos moradores em situação de rua, muitos até fazem coleta de material reciclado, será que seria o caso de organizar, por exemplo, cooperativas para que eles então venham a coletar o material reciclado, depois trabalharem com esse material nas Usinas da Amlurb? Transformariam o material reciclado em material construção, em paredes, janelas, móveis, etc. E daí faria com que eles próprios pudessem até, sob a orientação de arquitetos e engenheiros, trabalhar, construir sua própria moradia em terrenos que a Prefeitura venha a considerar adequado. Estou pensando alto, prezado Fernando Chucre, e quem sabe trocando ideia com as pessoas que lutam por moradia, que podem até ter soluções criativas e interessantes numa Cidade tão desenvolvida como São Paulo.

Eu queria dizer, com respeito ao que aconteceu ali no edifício que incendiou junto ao Largo do Paissandu, o Edifício Wilton Pais de Almeida, que a partir daquele episódio, apresentei projeto de lei para criar o Programa de Prevenção de Incêndios nas Ocupações da Cidade.

- Palmas.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - Inclusive quero agradecer ao Vereador Cláudio Fonseca que na Comissão de Justiça já deu parecer favorável, já foi aprovado. Agora tramita nas demais Comissões e depois vai ao Plenário. É um projeto de lei que tem como objetivo garantir o direito à vida e a segurança das pessoas que lutam por moradia na Cidade. Então são diversas providências quanto à prevenção, inclusive sugerindo que nesse programa possa haver o mapeamento de ocupações de imóveis públicos ou

privados utilizados para fins de moradia, e que sejam do conhecimento do Poder Público. E daí orientar quanto à prevenção no início de incêndio e em outras providências necessárias. Acredito que esse projeto logo será aprovado.

Pergunto: que solução definitiva aconteceu para as famílias que foram vítimas daquele incêndio e desabamento do Edifício Wilton Paes, no Paissandu? Se puder nos informar a respeito, agradeço.

Gostaria de ressaltar que sou inteiramente solidário às preocupações da Dona Olga, da Sra. Maria do Socorro para que possa haver mais lugares, como a Vila de Idosos, no Pari. Seria importante que o poder público municipal venha a pensar no assunto.

São essas as indagações que tenho a fazer.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Vereadora Soninha Francine.

Também esteve por aqui o Vereador Rodrigo Goulart.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Presidente. Quero reforçar um apelo ao Secretário, de agora em diante. Agora que o PL está sob a nossa análise na Câmara, que os nossos colegas estejam atentos.

Em relação a algumas áreas de atuação importantes da Secretaria da Habitação, uma delas, ali na região do Córrego da Água Podre ou Esmeralda e no Córrego Sapé. A Cidade tem ainda problemas, assim como o País, de saneamento e, muitas vezes, das obras não concluídas por falta de intervenções da Habitação, seja de regularização fundiária, de empreendimento e esse é um dos casos. A gente tem lá a previsão de um Parque Linear, no Córrego do Sapé, e é importante que se dê continuidade a essa ação.

Agradecer a equipe do Secretário que tem recebido os moradores, tem mantido o diálogo. Cumprimentar o Secretário por ir buscar recursos do Estado, da União, na Caixa Econômica Federal para fazer as intervenções necessárias. Cada munícipe, cada cidadão contribui em muito com tributos municipais, estaduais e federais. A Cidade, como um todo,

contribui muito mais do que recebe de outras esferas. É claro que a gente não pode ficar dependendo só disso, muitas coisas não andaram, nos últimos anos, ficaram penduradas com a expectativa de recursos do PAC, que nunca veio. Mas é dever de um governo, de um político sair em busca de recursos onde eles estiverem disponíveis.

Inclusive, Secretário, nós temos prestado bastante atenção também nos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura provenientes em grande medida do contrato da Prefeitura com a Sabesp para que, de fato, sejam revertidos nas obras de Habitação.

Reforçar um pedido de atenção especial dentro do perímetro da Operação Urbana Água Branca, no caso da Favela do Sapó. Os recursos não estão sob a guarda da Habitação, digamos assim, mas tem necessidade de uma ação da Habitação. Isso também estamos acompanhando bem de perto. Agradeço, mais uma vez, a receptividade.

E quero me lembrar de duas áreas muito delicadas da Cidade: a Favela do Moinho, que é uma área, uma ZEI, um terreno da Ceagesp, uma situação fundiária supercomplicada, com expectativa permanente de obras da CPTM para eliminar, pelo menos, um dos dois ramais, de modo a ter uma barreira a menos de acesso à região, permitindo intervenção com habitação pública, decente; e a área da Bresser, que é um ponto muito crítico de concentração de pessoas, de famílias em condições absurdas, vivendo ali, encostadas no muro, na calçada, na margem da Radial Leste. Quando fui Secretária da Habitação começamos construir um conjunto coletivo Assistência Social/Habitação, não sei o quanto progrediu. Quero reforçar, mais uma vez, um pedido de atenção especial para aquela área.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada, Presidente. Bom dia e boa tarde aos nobres Vereadores, aos movimentos sociais que sempre estão presentes nas audiências

públicas. Acho que aqui estão os mais atuantes da Cidade. Um deles é o Movimento de Moradia Habitação e outro é o movimento do funcionalismo, vou começar por ele.

Desde que estou aqui – estou no meu terceiro mandato - uma das discussões mais intensas é a questão do aumento salarial, que sempre fica em 0,01%. (Palmas) Pelo que eu visualizei, não tem uma caminhada dentro do Orçamento pra pensar na questão do aumento do funcionalismo.

Outra relação que *pega* há muito tempo, e eu espero que o Governo, no final deste ano nem no outro, retome o projeto de lei sobre a questão da Previdência Municipal. Até porque a Cidade está muito pulsante nesse sentido, o funcionalismo público, os professores mostraram que esse projeto de lei não é um projeto que vai passar com tanta facilidade aqui na Câmara porque a estratégia que usaram não foi eficaz no sentido de dialogar com cada um dos Vereadores não só na Câmara Municipal, mas também nos seus redutos eleitorais, em seus escritórios políticos, com as pessoas que se relacionam com ele. (Palmas)

Nós precisamos intensificar essa relação com a Previdência e pensar: em vez de tirar do funcionalismo público por que não repensa a relação do Orçamento pra melhorar o serviço, pra melhorar cada um dos funcionários públicos que tanto têm ficado doente? Tem havido dificuldade de dar um atendimento melhor e quem sofre sempre e muito mais é o munícipe.

Em relação à questão da Habitação, me preocupa bastante porque desde o outro orçamento eu queria que o Secretário pudesse explicar um pouquinho sobre a questão da urbanização de favelas. A gente sabe que o orçamento de 2018, desde 2017, e agora estou vendo que foi drasticamente reduzido. Então eu queria entender, a gente não precisa mais fazer urbanização de favelas? Todas as favelas já estão urbanizadas e reurbanizadas na cidade de São Paulo? Pelo que acompanho do movimento, a gente ainda tem muito pra caminhar na questão da urbanização.

Quanto à construção de unidades habitacionais, também houve uma queda.

Visualizando que a gente está sem recursos, sem porta no governo federal para os projetos vinculados à Minha Casa Minha Vida, projetos que eram vinculados às organizações sociais, tiveram também uma queda significativa. O que estão pensando sobre isso? Quer dizer que os projetos vinculados à área Habitacional, popular, não estão previstos no próximo ano na visão do Prefeito? E isso também acaba pegando um pouquinho na Cohab porque a gente viu que também houve redução nos recursos.

Outro tema que quero dialogar é sobre... Eu me perdi nos meus papéis. (Pausa)
Bom, eu retomo, a gente ainda vai ficar aqui. Tem mais de uma pergunta, eu acabei me perdendo aqui, que também é vinculada a área de habitação.

De resto, temos a responsabilidade enquanto Vereadores da cidade de São Paulo, e o Vereador Atílio também foi Relator do Orçamento e sabe da responsabilidade, também sabe que os movimentos são muito intensos e sempre se organizam para obter aumento do orçamento para suas respectivas pastas. A gente sabe que a cidade de São Paulo teve uma arrecadação maior do que no ano passado, então temos que vincular essa arrecadação aos projetos de áreas sociais.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, Srs. Secretários, movimentos sociais que nos acompanham, funcionários públicos, hoje estamos discutindo temas muito importantes. Primeiro, o Orçamento para o ano que vem, no que tange aos programas de política pública voltada a habitação, importantes, porque há um atraso ainda muito significativo na forma com que oferecemos a solução habitacional.

Vou começar pelo Orçamento exatamente para tentar destrinchar as alternativas que estão sendo apresentadas pelo Prefeito Bruno Covas, que apresentou seu primeiro Orçamento, portanto é a primeira oportunidade que temos de reconhecer quais políticas

públicas que o Sr. Prefeito pretende orientar à sua administração para os dois anos de sua gestão.

É bastante preocupante, porque vemos uma incapacidade do Município de realizar com recursos próprios a política habitacional plena. Portanto, será preciso ter capacidade de atrair o setor privado, e muitos instrumentos já estão sendo oferecidos para isso.

Muitos de vocês participaram ativamente dos debates e acompanharam as votações dos planos das operações urbanas, dentro dos quais há um volume poderoso de recursos para habitação; mas também debatemos de maneira intensa as áreas que seriam definidas como de interesse social para a Cidade, portanto, só serão construídas unidades habitacionais para a população de menor renda.

Neste momento, é fundamental que usemos a capacidade de captura e atratividade do setor privado para realizar mais do que conseguimos fazer com o recurso do Tesouro.

Quando olhamos a peça orçamentária, verificamos que mais de 70% do orçamento da Secretaria de Habitação não é recurso do Tesouro, mas recurso que vem de fundo, do Fundurb, ou do FMSAI, portanto, o setor de habitação não tem conseguido ser prioridade, pelo menos nos últimos seis anos, porque quando se enxerga o volume de investimento que o setor de habitação tem comparado a outros, todos os outros cresceram mais.

Mas é só a ausência de recurso que indica prioridade? Às vezes, não. Por isso é importante que a Câmara Municipal de São Paulo consiga se manifestar nas legislações indutoras de soluções. Digo isso porque vi no plenário um pedido para que votemos locação social e serviço de moradia social, que é peça do nosso instrumento, do Plano Diretor, esperado como porta de saúde para muitos da população, que estamos muito próximos de capturar recursos privados e aí sim ter uma oferta muito maior de unidades de locação social, pressionando inclusive o valor que se paga de aluguel em algumas regiões da Cidade.

Então, é fundamental entender que a política habitacional não se dá só no Orçamento. Mas é no Orçamento que conseguimos ver se, de fato, é prioridade, ou não.

Segundo, é o quanto habitação será prioridade onde tem dinheiro. Nas operações urbanas é diferente. Veja só: enquanto estamos aqui discutindo habitação, mais de 130 famílias estão sendo corretamente retiradas de uma área de risco. Ano passado, houve uma fatalidade: uma pessoa morreu afogada em área de risco.

Ano passado houve o problema, este ano removemos as pessoas e todo o dinheiro para a política habitacional ainda está embaraçado no Judiciário. Então, tem dinheiro, mas não conseguimos executar. Pessoas morrem, enquanto o dinheiro está rendendo no banco. Só para entendermos o nó da Água Branca.

E quando falamos de Água Espraiada, não é tão diferente: temos dinheiro, temos até projeto licitado, temos obra contratada, e continuamos com dificuldade de realização dessas obras. Também não é diferente na Operação Faria Lima: temos dinheiro, temos parte das obras contratadas, parte dos projetos contratados, e ainda não conseguimos realizar obra de reurbanização e reassentamento do povo da favela na Rua do Coliseu.

Estou dizendo isso porque algumas dessas operações urbanas têm mais de 25 anos. Na Operação Urbana Água Espraiada tem famílias que recebem bolsa-aluguel desde 2009, e esse recurso é abatido do recurso para construção de habitação. Então, ao consumir recurso com auxílio-aluguel, reduzimos a possibilidade de entregar a unidade definitiva. Então, estamos falando de gestão.

Como estamos aqui com o Presidente da Cohab e o Secretário de Habitação, este é o momento de a Câmara Municipal de São Paulo dar os dois os instrumentos necessários para acelerar a execução. E como temos o Secretário de Gestão ao nosso lado e é ele que, muitas vezes, oferta essa estrutura de RH, é chegado o momento de fazer a grande transformação nos dois instrumentos históricos que carregamos: uma empresa e uma secretaria, para que elas consigam, juntas, desempenhar: os recursos das operações urbanas de habitação e, com isso, não haver mais conflitos se é SP Obras, pois terá autoridade de moradia do Município. Ponto.

Não faz sentido termos recursos rendendo nos bancos há oito, nove, dez anos, e famílias na beira do córrego sendo retiradas um dia, voltando no outro, morrendo em áreas de risco.

É fundamental entender que a estrutura da Cohab custa aproximadamente R\$ 60 milhões de custos diretos, e temos lá metade desse valor por seus investimentos. Vejam só: gastamos R\$ 60 milhões para manter a Cohab, que realiza investimentos de R\$ 30 milhões. Se uma empresa como essa estivesse no setor privado não duraria uma semana, porque ela gasta duas vezes com pessoal o que ela realiza. Estamos pagando para manter uma estrutura que não consegue receber aportes de recursos que renda à sociedade as unidades habitacionais, então estamos pagando com recurso de habitação para manter a equipe, sem conseguir devolver em forma de trabalho para a Cidade, em unidade habitacional, seja para locação ou para compra.

Se esses R\$ 60 milhões não fossem para a Cohab, iriam para a habitação. Portanto, nós estamos diante de um desafio. Mas eu preciso ser muito sincero: ainda não enxerguei qual é o plano do Sr. Prefeito.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Ahmed, Coordenador do Orçamento do Município, da Secretaria da Fazenda.

O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB– Boa tarde a todos. Tenho acompanhado as audiências pelo terceiro ano consecutivo, escutando, aprendendo e tentando equacionar as necessidades da Cidade.

Muito embora não seja audiência pública de transportes, mas só para não fica solta a pergunta que foi feita sobre o Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito, popularmente conhecido como fundo de multas, sobre os recursos que são arrecadados ali, enfim; é importante destacar que a destinação daquele recurso é regulamentada. Existe uma resolução do Contran que determina onde podemos usar tais recursos.

Para maiores detalhes, na próxima sexta-feira, haverá uma audiência aqui com a equipe de transportes.

Sou servidor de carreira e me disponibilizo como técnico. O desafio da Cidade é acomodar, dentro de recursos escassos, todas as necessidades. Não é uma tarefa muito fácil, tenho repetido isso. Na verdade, nosso papel é estimar as receitas.

Muitos comentaram aqui sobre as fontes próprias, os recursos próprios, também popularmente conhecidos como fonte 00, em termos técnicos. Se não calibrarmos as despesas com aquilo que está sendo previsto de arrecadação, a conta não fecha. Todos sabem, já foi divulgado, que o Orçamento previsto para a Cidade gira em torno de R\$ 60 bilhões, considerando todas as fontes: fonte própria, isto é, impostos, taxas, contribuições, transferências – voluntárias ou não.

Se considerarmos somente as receitas próprias, temos pouco mais de R\$ 30 bilhões. Como foi dito aqui por alguns Vereadores, existem despesas rígidas, que devem seguir ritos constitucionais. Todas as necessidades da Cidade são importantes, e fizemos essa avaliação juntamente com as Secretarias. Mas a grande questão, o grande dilema, é calibrar dentro de um orçamento escasso de R\$ 60 bilhões todas as demandas de todas as pastas.

Para vocês terem uma ideia, dos R\$ 60 bilhões, R\$ 12 bilhões já estão comprometidos com educação, que é um tema extremamente importante, assim como os outros que foram mencionados aqui. Todos são importantes, mas R\$ 12 bilhões devem ser gastos com educação por questões de limites mínimos constitucionais. Não se pode gastar menos do que 25% da receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. E mais 6% da educação inclusiva, por força da Lei Orgânica da cidade de São Paulo.

O segundo maior grupo que consome o maior volume de recursos é a previdência: em torno de R\$ 10 bilhões. Vocês podem ver na proposta orçamentária. E se listarmos os cinco principais gastos que são relevantes para a cidade de São Paulo, consumimos um espaço de 80% do orçamento, restando 20% para todas as demandas. Isso inclui parques, habitação,

assistência social, direitos humanos e todas as Subprefeituras da Cidade.

Então, o desafio é muito grande, o debate é muito válido. A nossa proposta foi enviada para ser discutida e rearranjada, dentro das possibilidades. Eu me coloco à disposição em nome da Secretaria da Fazenda. Tenho participado de todos os debates para responder questões sobre a elaboração dessa peça tão importante.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Roberto Baviera, do IPREM.

O SR. ROBERTO BAVIERA – Vários comentários foram relativos à reforma previdenciária. A questão é que a reforma está na Câmara e, como já foi dito anteriormente, haverá em tempo hábil a criação de uma Comissão para continuar a discussão disso com a população.

Então, no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, procuramos detalhar a composição do orçamento do ano que vem e falar desse aspecto. Por isso que não entramos em detalhe. Algumas pessoas, como a Márcia e a Rosalina, comentaram sobre os custos, especificamente; a questão da reestruturação, que tem os 25 milhões colocados no orçamento. Esse valor já consta do orçamento, e esse ano foi mantido, justamente porque é apenas uma previsão, caso exista a aprovação da reestruturação do Ipem das carreiras. E eu uso isso de gancho, porque alguém comentou essa questão, dizendo que o Ipem é uma caixa preta, que seria preciso fazer uma auditoria.

Eu cheguei ao Ipem há 30 dias, e não encontrei nenhuma caixa preta, muito pelo contrário. Eu encontrei uma instituição em funcionamento, com funcionários, colega de vocês, muito dedicados, uma equipe de funcionários do Ipem de carreira, importante para ser valorizada, e que têm um conhecimento bom na aposentadoria e nas pensões, que nós temos que aproveitar muito bem. Há necessidade de auditoria? Eu concordo. Qualquer órgão de previdência, como qualquer órgão público, deve ser continuamente auditado. E essas duas

ações, tanto o sistema de gestão previdenciária quanto o censo, são ações com vistas a fazer uma auditoria dos sistemas mesmo.

Precisamos recensear toda a nossa população, justamente para identificar prova de vida, ver eventuais falhas de pagamento, gente que pode não estar recebendo adequadamente, fazer coleta biométrica para poder facilitar na hora que vocês forem requerer, os familiares, a pensão, no futuro; a gente conseguir tanto conceder a pensão quanto a aposentadoria mais rapidamente E o sistema ser informatizado. Estando no século 21, é um absurdo ainda concedermos aposentadoria praticamente no papel. É um retrabalho feito pelos RHs, aí na ponta, e que carece de uma apreciação do próprio Ipem, que também tem ligação com a reestruturação.

Há necessidade de colocarmos técnicos previdenciários dentro da estrutura, uma figura que hoje não existe. Os processos, entre o pedido da aposentadoria e a homologação do Tribunal de Contas do Município, levam, às vezes, até dez anos, justamente porque eles não caminham de maneira informatizada, rápida. Então essa é a demanda da instituição, inclusive a demanda dos próprios funcionários de carreira, com quem eu tenho conversado muito ultimamente lá dentro. E os cargos em comissão são reduzidos no projeto, e os cargos para concurso público são aumentados, justamente por isso.

Peço desculpas pelo *slide* não ter sido tão bem visualizado – vamos tentar melhorar isso em próximas ocasiões. Fico à disposição para outras perguntas.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. César de Azevedo.

O SR. CÉSAR DE AZEVEDO – Fazendo uma junção de todas as falas, e respondendo de maneira objetiva, gostaria de iniciar falando da saúde do servidor.

Eu contrato que houve uma confusão na interpretação, quando apresentamos os números: a redução que nós mostramos foi com contratos terceirizados, com pessoa jurídica. De maneira nenhuma, redução no atendimento; muito pelo contrário. Nós vivemos, este ano,

uma redução na fila de atendimento do Iprem, cujos dias para atendimento da Cogeas caiu para a metade. Sem contar que hoje nós fazemos 600 atendimentos ao dia, e estamos abrindo aos sábados. Então, em momento algum, se falou em redução de atendimento pericial ou de atendimento ao servidor. Servidor é prioridade para a Administração. Inclusive, na Cogeas, se vocês passarem lá, estamos começando um processo de melhoria de infraestrutura, justamente para poder receber os servidores, e, com isso, dar um melhor atendimento. Estou discutindo com a Secretaria da Saúde a possibilidade de abrir postos de perícia em algumas regiões onde há base da Secretaria da Saúde. Então há estudo para ampliar e facilitar o atendimento.

Sobre as melhorias salariais, eu gostaria de destacar que nós estamos fazendo algo que, na verdade, já vem sendo feito: reestruturação de carreiras, o que traz um ganho real de provimentos para os servidores. Está sendo conversado com as entidades representativas, os sindicatos, e, até metade do ano que vem, vamos apresentar uma proposta, em conjunto com os sindicatos, para reestruturação das carreiras de nível básico e de nível médio.

Sobre os concursos: existe concurso aberto para engenheiros, arquitetos e contadores. Sem contar que há vagas em outros tantos concursos, cujos candidatos estão sendo chamados. Este ano, já chamamos procuradores, auditores, pessoal da saúde. Estamos encaminhando à Fazenda, essa semana, o pessoal da educação. Então está tendo uma atenção especial a isso.

Daquilo que foi falado, resumidamente, é isso; porque foi falado basicamente a mesma coisa. Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Secretário de Habitação, o Sr. Fernando Chucri.

O SR. FERNANDO CHUCRI – Só estou com cinco páginas para responder; vou tentar ser rápido.

Eu vou tentar passar pelos itens gerais, e, depois, eu respondo algumas coisas

mais específicas.

Com relação à questão levantada tanto por um Vereador quanto por algumas pessoas presentes: a zona Norte. Temos, de fato, um desequilíbrio na produção habitacional da zona Leste e Sul para a zona Oeste e para a zona Norte, tanto que estamos direcionando os recursos de desapropriação de terrenos, principalmente os terrenos que foram notificados por ZEIS, como foi dito aqui por alguém, para que possa desapropriar mais áreas naquela região. Então tem áreas na Zaki Narchi, e mais quatro áreas que colocamos para a produção habitacional, além da própria APPP ter um lote específico para a zona Norte, que estamos apostando que vai aparecer interessados. Já houve interesse de algumas empresas para produzir unidades naquela região. Então esse desequilíbrio existe, nós o reconhecemos, e estamos tomando as medidas para tentar reequilibrar a produção de unidades habitacionais em toda a cidade de São Paulo.

Foi colocado também por diversas pessoas a questão da regularização fundiária. Acho que o André falou, o Police falou, o Fábio falou, vários Vereadores também falaram a respeito disso.

Tínhamos, sim, um nível de produção muito boa até o ano passado, tanto que conseguimos beneficiar 48 mil famílias. Em agosto do ano passado, se não me falha a memória, saiu uma nova lei federal. Só em dezembro que o Tribunal de Justiça soltou o regramento de como que poderia ser aplicada essa lei; e só em março deste ano é que foi feita a regulamentação dessa lei. Então estamos com uma proposta de lei de regularização fundiária que vai ser encaminhada à Câmara. O Police está acompanhando, o próprio Fabio Riva, vários Vereadores ligados à questão habitacional, de maneira que possamos também atualizar os instrumentos que o Município de São Paulo tem para a questão de regularização.

Eu não vou citar os nomes, senão vou ter que ficar rodando as folhas.

Foi perguntado qual o valor disponível para a regularização fundiária no ano de 2019. E o valor que conseguimos levantar é de 85 milhões de reais que serão destinados à

regularização. Repito: esta administração aposta na regularização fundiária como maneira de atender a população de São Paulo na questão habitacional.

Com relação ao Ministério das Cidades, que também foi solicitada uma informação sobre a posição do Município de São Paulo, nós já manifestamos, para a equipe de transição do novo Presidente que vai ser empossado em janeiro, nossa visão da impossibilidade de fechar o Ministério das Cidades ou de fundir o Ministério das Cidades com outro. Inclusive o Prefeito Bruno Covas fez recentemente, aqui em São Paulo, na sede da Prefeitura, uma reunião com a Associação Brasileira dos Municípios, e vários prefeitos de capitais do Brasil inteiro se manifestaram, e o Prefeito se manifestou também claramente sobre sua preocupação com a possibilidade de uma eventual não extinção, mas fusão do Ministério das Cidades com outro ministério. A gente acha que perderia o foco e perderia a condição, como nós temos hoje, tanto secretários de habitação, prefeitos, movimentos de moradia, que tem no Ministério das Cidades uma porta para a gente bater em Brasília para fazer reivindicações sobre habitação de maneira geral. Isso é importante dizer e nós já nos manifestamos como relação a isso.

Com relação aos valores que foram apresentados, duas pessoas perguntaram, porque não ficou claro. Tudo que foi apresentado aqui, aqueles valores de aproximadamente 650 milhões, só são recursos de origem municipal. Nós não colocamos os recursos do financiamento do Minha Casa Minha vida, que é bem maior do que esse, e outros dos convênios com o Governo do Estado de São Paulo. Todo aquele valor é de recursos de Fonte 00 do Orçamento do Município, e principalmente dos dois fundos que são a única fonte que temos no Município de financiamento para ações habitacionais, que são o Fundurb e o FMSAI. A gente tem dito isso, é uma preocupação todos os anos, os únicos recursos que nós temos utilizado para investimento, todas as obras que a gente vê lá “contrapartida do Minha Casa Minha Vida”, “urbanização”, “regularização fundiária”, tudo vem da parte que cabe à Secretaria da Habitação no FMSAI e no Fundurb. Então os valores apresentados são só referentes ao Orçamento Municipal.

Com relação às PPPs, eu tenho dito isso sistematicamente nas reuniões do Conselho e também nas discussões com os movimentos: se houvesse recursos suficientes para produzir unidades para atender à demanda habitacional, nós não estaríamos eventualmente discutindo PPP; nós estaríamos falando “Está, o recurso da Secretaria de Habitação é de cinco bilhões de reais, eu vou fazer casa de montão para todo mundo aqui em São Paulo”.

Não é o caso. Nosso orçamento é pequeno, então a opção que nos resta é buscar outras fontes de financiamento, buscar fontes alternativas. A PPP é uma delas, não é só a PPP. No primeiro ano, em março deste ano, nós tínhamos montado um feirão de habitação que inclusive era para servidores e para pessoas que estão na lista de demanda de habitação do Município de São Paulo. Por questão jurídica, este é um ano eleitoral e, apesar de não ter eleição no Município, o entendimento da Justiça foi que nós incorreríamos em improbidade administrativa, então nós passamos para o começo do ano que vem. Vai ser em março de 2019, no Anhembi, um feirão que basicamente dá possibilidade para pessoas que estão na nossa fila e para funcionários públicos, com aporte do Município no CPF da pessoa, não na construtora, tem lá o imóvel que é especialmente faixa 1,5 que interessa muito para a gente, possibilitar aquisição de moradia para essas pessoas para além do que a gente produz no (ininteligível). Então todos esses modelos, tanto de feirão como de PPP, não substituem os demais; são uma forma de buscar mais recurso para além do orçamento, para o Município de São Paulo atender mais famílias com habitação.

Nessa PPP, é importante dizer, diferentemente da do Estado, a gente teve cuidado de, primeiro, 100% da demanda da PPP do Município vai ser indicada pela Prefeitura de São Paulo; não é como no Estado, que foi tudo por sorteio e principalmente para faixas de renda mais altas. Então, primeira informação: 100% da demanda indicada pela Prefeitura de São Paulo. (Palmas)

Segunda informação: 60% das unidades da PPP do Município vão ser feitos do

HIS-1, ou seja, para atender às famílias de menor renda; só 40% serão destinados a famílias de seis a dez salários mínimos. Como a indicação é nossa, nós vamos privilegiar a indicação de funcionários públicos que têm condição, porque tem uma parte dos funcionários que tem uma faixa salarial mais alta e que teriam condições de adquirir seus imóveis dentro dessa operação.

Quanto ao Wilton Paes, que foi colocado pelo Vereador Suplicy e por algumas pessoas que fizeram uso da palavra, nós temos um problema aqui, especialmente no centro de São Paulo, de ocupações por movimentos de moradia de edifícios. Infelizmente ocorreu aquele acidente. Tem vários casos em situação parecida, similares no sentido do risco de ocorrer algum tipo de incêndio principalmente, e nós fizemos um grupo de trabalho.

O Prefeito Bruno Covas, preocupado com isso, no dia seguinte ao do acidente ocorrido, criou um grupo multidisciplinar, com participação de várias secretarias - Habitação, Defesa Civil, Prefeituras Regionais -, de movimentos de moradia, de universidades e de assessorias técnicas desses movimentos. Nós fizemos vistoria nos 75 edifícios que tem na região central. Isso gerou um relatório detalhado das condições desses edifícios, principalmente com relação à segurança, e quais os encaminhamentos dados em todos eles.

No momento seguinte, que foi aproximadamente há 60 dias, foi criada por decreto uma comissão definitiva que também tem participação dos movimentos de moradia. As reuniões são feitas a cada dez dias, e a cada reunião a gente decide sobre dois edifícios, a gente encaminha solução para aqueles edifícios. Infelizmente, houve casos de três edifícios que nós interditamos e retiramos as famílias de lá, porque o risco era iminente, por questões estruturais, ou de incêndio ou de ter alguma fatalidade.

Então três edifícios foram desocupados, mais dois serão desocupados por esses relatórios, e todos os demais estão tendo encaminhamento, um por um, o que pode ser feito em parceria com o Ministério Público, movimentos de moradia e concessionárias, especialmente a Eletropaulo, que é o grande problema que tem, que ultimamente está

cortando energia desses edifícios que têm ligações irregulares, então a gente está tomando medidas para tentar garantir aos movimentos esse período de adequação, para a gente poder tomar as medidas definitivas.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY – Permite um acréscimo? A Secretaria da Habitação fez a entrega de um edifício na Asdrúbal do Nascimento para a população de rua, em diálogo com o comitê PopRua. Agradeço se puder explicar como é que... Acho que é Secretaria da Habitação em conjunto com a Cohab.

O SR.FERNANDO CHUCRE Nós que somos responsáveis, com a Cohab, Smads, Direitos Humanos e Deficiência.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY – A Assistência Social está definindo os critérios. Se puder nos explicar, agradeço muito.

O SR.FERNANDO CHUCRE - O Vereador Suplicy está questionando a respeito do que foi feito na Sehab especificamente para uma parte do déficit habitacional, que é o que tem vínculo com a população de rua, de PopRua.

O que nós fizemos de medidas concretas? Primeiro, um edifício que estava quase pronto, as obras foram terminadas na semana passada, foram entregues à Cohab. O Presidente está aqui, o Alex e o Aluísio, que é nosso secretário adjunto, estiveram lá conosco. Esse edifício já vai trabalhar no modelo de locação social especificamente para população de rua.

É importante dizer, os critérios definidos com a Secretaria de Assistência Social, de Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência foram no sentido de estabelecer critérios claros dentro daquela jornada de autonomia, de como fazer a entrada daquelas famílias já com determinado grau de autonomia para esse edifício.

Esse edifício é pequeno, são 34 unidades. Cabem mais famílias porque para algumas unidades vão mais de uma família. Mas também nós fizemos dez edifícios, fizemos uma parceria, aí é um programa nacional em parceria não só com as secretarias municipais já

mencionadas, mas também com as equivalentes do Governo Federal, Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Desenvolvimento Social, da Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos.

É um projeto-piloto do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, um projeto-piloto nacional. São dez edifícios que vão gerar aproximadamente 500 unidades habitacionais destinadas especificamente para essa população, para ter uma porta de saída do modelo de Smads de abrigo temporário para esse abrigo, até que a família tenha autonomia suficiente para procurar outra solução de moradia.

Vários vereadores também participaram, é importante citar. Muito boa a sua lembrança. Estamos animados com esse programa. Que se replique em outras cidades, em outros estados do País.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Obrigado.

O SR. FERNANDO CHUCRE - A Vereadora Soninha também comentou a respeito de algumas obras específicas. Em todas elas a gente tem buscado, de alguma maneira, recursos fora. Infelizmente, na mesma linha, os recursos daqui não são suficientes, o que nos resta é iniciativa privada, PPP e parceria, e também buscar recursos nos outros entes, federal e estadual.

Importante lembrar que foi aprovado aqui na Câmara, e o primeiro financiamento que esta administração conseguiu foi de 200 milhões de reais para a Secretaria da Habitação, do Banco Santander, se não me falha a memória, para viabilizar o aporte, tanto nos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida como nesse programa de feirão que vai avançar na faixa 1,5. Com a perspectiva muito ruim – a gente está superpreocupado, os movimentos também estão -, por essa questão do Ministério das Cidades, de ficar travada durante um período a contratação do Minha Casa Minha Vida. Então estamos avançando nos programas de financiamento do Ministério das Cidades que usam recursos do Fundo de Garantia, que é o chamado faixa 1,5.

E aí qual é a lógica, Vereadores? A gente já faz o aporte no mínimo de 30 a 35 mil reais por unidade, por fração de unidade, que é o custo do terreno, mais dez mil reais do elevador, e o Estado coloca 20 mil reais do Casa Paulista. Então a gente coloca em média 50 mil reais.

A gente fez um teste, um piloto, que num empreendimento de mercado, em vez de ele vender o empreendimento, ele vai dar toda a demanda para o Município, e aí a gente faz o mesmo processo. A Caixa Econômica identifica, indivíduo por indivíduo, o que falta para ele poder adquirir aquela habitação dentro das regras o programa federal.

A gente chegou à conclusão que é mais barato, por incrível que pareça. Vai ser mais barato para o Município, o aporte vai ser menor por unidade, a gente avançar no programa de faixa 1,5 do Governo Federal, que é onde tem recursos ainda, porque é vinculado ao Fundo de Garantia, e aí atender à nossa demanda de habitação aqui, dentro dos recursos disponíveis para fazer esse aporte.

- Fala fora do microfone.

O SR. FERNANDO CHUCRE - Aceitamos o desafio. Vamos lá falar sobre isso.

Por isso que tem várias caixinhas de produção de unidade habitacional. Quando a pessoa não tem Fundo de Garantia, não tem emprego, não tem renda, como comprovar renda, entra na demanda do Faixa 1. Grande parte da nossa fila, bem mais do que a metade da nossa fila, tem emprego, tem renda, tem um pouco do Fundo de Garantia; e a ideia é o Município complementa o valor para essa família poder adquirir a unidade habitacional e ficar com uma prestação que ela consiga pagar, equivalente ao que tem nos programas de política habitacional do Município.

- Fala fora do microfone.

O SR. FERNANDO CHUCRE - Com relação ao Vereador Police, que fez algumas perguntas. O Vereador Police é autor de um projeto de lei de locação social, a gente tem discutido bastante isso, ele já teria aprovado esse projeto no meio do ano – é um *mea culpa*

que eu estou fazendo -, se nós, lá na Habitação, não tivéssemos feito uma série de solicitações de ajustes no texto que está pronto para votar. A nossa meta, se a Câmara contribuir com a gente, é votar esse projeto ainda este ano em uma das janelas que vocês terão. Votar o Programa de Locação Social, esse de regularização e o de lote urbanizado. Este está mais atrasado que é uma demanda... Eu acho que eu respondi quase tudo. Desculpe-me se esqueci de alguma coisa. A gente continua à disposição lá na Sehab para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Secretário.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Ampliam reforma e qualificação de unidades.

O SR. FERNANDO CHUCRE – Todos os dez edifícios do Centro - eu estou falando aqui pelo dois, desculpa Alex, eu estou respondendo questões que são da Cohab. O foco nosso é uma discussão que estamos fazendo com o BID, nós conseguimos uma parceria com Banco Interamericano de Desenvolvimento que está desenvolvendo modelagem econômica só para requalificação de edifícios do Centro. Isso é uma preocupação nossa e tem um grupo com o Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, faz seis meses com reuniões semanais e a gente espera que ainda, antes do final deste Governo Federal, que a gente depende de algumas questões dele se baixe por decreto esse regramento para financiamento. Temos uma série de problemas e também tem Operação Urbana. Eu não vou falar nisso porque será objeto da próxima reunião, o PIU da região central, as operações urbanas centro que vão ser revistas e também ações específicas como tem nos PIUs dos terminais que também tem a ver com requalificação. Tem uma série de ações. Estamos à disposição para esclarecer para não tomar o tempo de todo mundo.

Tem aqui também uma dotação nova no orçamento, inclusive que é especificamente essa que você citou. Já colocamos recurso para iniciar esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Aumento do servidor. Secretário, ficou a dúvida sobre o 0001.

O SR. CÉSAR AZEVEDO - Na verdade, o aumento tem de ser discutido com a Secretaria da Fazenda. É algo que está sendo discutido com a Secretaria da Fazenda e nós vamos...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Calma, essa brincadeira se arrola há quatro anos. Um desafio.

O SR. CÉSAR DE AZEVEDO – Na verdade, mais do que quatro.

17 anos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É que eu acompanho há seis. É um desafio.

-Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – 0001, já foi visto. Continua 0001.

Queria agradecer a todos os Secretários, Presidente do Iprem, da Cohab pelo grande debate e pelo comparecimento. Nada mais a tratar, está encerrada a nossa audiência pública.